

Sanear

A REVISTA DO SANEAMENTO BÁSICO



Associação das Empresas
de Saneamento Básico
Estaduais

Ano V • nº 15 • Setembro/2011

DESASTRES AMBIENTAIS

COMPANHIAS ESTADUAIS SEGUEM TENDÊNCIA MUNDIAL E
DEFINEM PLANOS DE CONTINGÊNCIA PARA MINIMIZAR RISCOS

EXPERIÊNCIA BAIANA SE
TRANSFORMA NO “ÁGUA PARA
TODOS” DO GOVERNO FEDERAL

AESBE ANALISA INFORMAÇÕES
DO SNIS 2009, DIVULGADO
PELO MINISTÉRIO DAS CIDADES

COMPANHIAS APRESENTAM
PROPOSTAS PARA MELHORAR O
“MINHA CASA, MINHA VIDA”

PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF DIZ QUE COMPANHIAS ESTADUAIS DE SANEAMENTO SÃO “EFICIENTES”

EMBASA. O FUTURO É A GENTE QUE FAZ.

**CERCA DE 200
HECTARES DE
MATAS CILIARES
RECUPERADAS.**

A Embasa está comemorando 40 anos. Uma história marcada por muitas conquistas e trabalho para levar água de qualidade e saneamento para mais de 11 milhões de baianos. A Embasa é a principal executora do Programa Água para Todos, o maior programa de água e saneamento do Brasil, e está entregando o novo Emissário Submarino de Salvador. Investindo nos seus profissionais e na qualidade dos seus serviços, a Embasa conquistou a posição de segunda melhor prestadora de serviços públicos do país*, primeira em gestão de pessoas e terceira em responsabilidade social. Por isso, a Embasa tem muito orgulho de celebrar esta data e muitos motivos para comemorar, sempre olhando para frente, porque o futuro é a gente que faz.



Universalização: proposições e novas ideias

No contexto da universalização dos serviços, as empresas estaduais de saneamento básico têm desempenhado um papel importante na realização de empreendimentos voltados para a ampliação dos índices de atendimento nos estados. A Aesbe também está fazendo a sua parte, propondo medidas que ajudem a concretizar o projeto nacional da universalização nos prazos estimados pelo Plano Nacional de Saneamento Básico - Plansab.

Em julho, entregamos ao ministro das Cidades, Mário Negromonte, propostas para o programa Minha Casa Minha Vida. No documento, apresentamos as dificuldades que as companhias enfrentam para atender às novas moradias, quase todas localizadas longe da malha urbana das cidades, pois não há previsão de recursos para a implantação de equipamentos de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Nesse caso, os procedimentos para a captação e liberação devem ser simplificados. Só assim, as companhias poderão cumprir o cronograma das construtoras responsáveis pelos empreendimentos.

A Diretoria da Aesbe também enviou ao Governo Federal documento apontando outros problemas enfrentados pelas empresas estaduais de saneamento, a exemplo do pesado ônus do PIS/COFINS, no atual cenário de expansão do atendimento. Para nós, que participamos ativamente dos esforços para universalizar os serviços de água e esgoto no país, a arrecadação desse tributo deveria ser destinada a investimentos na área de saneamento.

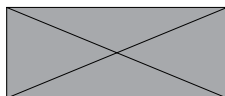
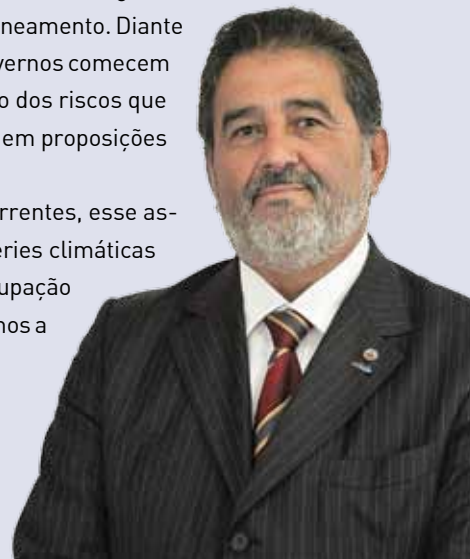
O acesso aos recursos do PAC, um dos assuntos de nossa pauta de proposições junto ao Governo Federal, foi discutido com representantes da Caixa, BNDES e Ministério das Cidades, na 3ª reunião ordinária de diretores da Aesbe, que aconteceu em Natal, no Rio Grande do Norte, no mês de agosto. Algumas condicionantes para a captação ou desembolso de recursos são obstáculos para a regular continuidade dos investimentos. Para citar um exemplo, lembramos que muitos municípios ainda não têm plano de saneamento e, por isso mesmo, não poderão ter acesso a recursos públicos se não aprovarem seus planos até 2013.

A estimativa do Plansab sobre a necessidade de aplicação de R\$ 17 bilhões, por ano, para a universalização dos serviços de saneamento, nos próximos 20 anos, representa um grande desafio para o Brasil. Para enfrentá-lo, a Aesbe entende que é preciso disponibilidade de recursos, desenvolvimento institucional do setor, a união de esforços, a prioridade dos governos e, principalmente, novas ideias e práticas para solucionar problemas antigos.

E, por falar em ideias novas, esta edição da Sanear traz matéria sobre planos de contingência e a gestão de riscos e desastres, assunto importante e pouco tratado na área de saneamento. Diante da perspectiva da universalização, é imprescindível que as companhias e os governos comecem a tratar dessa questão, promovendo discussões que resultem na identificação dos riscos que possam comprometer a prestação dos serviços de saneamento nas cidades e em proposições voltadas para a prevenção.

Em países como Japão, Chile, México, onde catástrofes naturais são recorrentes, esse assunto é levado a sério e faz parte das políticas públicas. No Brasil, as intempéries climáticas seguidas de desastres têm se tornado frequentes e devem ser motivo de preocupação para os prestadores de serviços de água e esgoto. Por isso, é hora de começarmos a pensar nesse assunto.

Abelardo de Oliveira Filho
Diretor-presidente da Aesbe e Presidente da Embasa



A AESBE, consciente das questões ambientais e sociais, utiliza papéis com certificação (Forest Stewardship Council) na impressão deste material. A certificação FSC garante que a matéria-prima é proveniente de florestas manejadas de forma ecologicamente correta, socialmente justa e economicamente viável, e outras fontes controladas. Impresso na Gráfica Coronário - Certificada na Cadeia de Custódia - FSC.

A Aesbe

A Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais (Aesbe) é uma entidade civil sem fins lucrativos que, há 26 anos, representa as empresas estaduais de água e esgoto do país. Juntas, essas companhias atendem a 3.943 municípios, ou seja, 76% da população urbana brasileira. Tem sede no Distrito Federal e dentre seus objetivos está o de zelar pelo interesse de suas associadas, promovendo o contínuo aperfeiçoamento técnico, por meio do intercâmbio de experiências, além de elaborar e divulgar estudos e trabalhos diversos. São associadas à Aesbe:

Agespisa: Águas e Esgotos do Piauí S.A.

Caema: Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão

Caer: Companhia de Águas e Esgotos do Estado de Roraima

Caerd: Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia

Caern: Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte

Caesa: Companhia de Água e Esgoto do Amapá

Caesb: Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal



Cagece: Companhia de Água e Esgoto do Ceará

Cagepa: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

Casal: Companhia de Saneamento de Alagoas

Casan: Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

Cedae: Companhia Estadual de Águas e Esgotos

Cesan: Companhia Espírito Santense de Saneamento

Compesa: Companhia Pernambucana de Saneamento

Copasa: Companhia de Saneamento de Minas Gerais

Corsan: Companhia Riograndense de Saneamento

Cosanpa: Companhia de Saneamento do Pará

Depasa: Departamento de Pavimentação e Saneamento do Acre

Deso: Companhia de Saneamento de Sergipe

Embasa: Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.

Sabesp: Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo

Saneago: Saneamento de Goiás S.A.

Saneatins: Companhia de Saneamento do Tocantins

Saneapar: Companhia de Saneamento do Paraná

Sanesul: Empresa de Saneamento do Mato Grosso do Sul S.A.

Para saber mais sobre a Aesbe ou suas associadas, basta acessar: www.aesbe.org.br.

Sumário

6 Planos de contingência de risco de desastres naturais

19 Artigo: A importância dos planos de governança corporativa

20 Minha Casa Minha Vida e seus aspectos importantes

26 Água para todos é o novo programa federal para sanear o interior do país

29 Aesbe analisa SNIS 2009

33 Realização

48 Coluna Jurídica

50 Presidente Dilma elogia companhias estaduais

Seção do Leitor

Gostaria de apresentar felicitações pela interessantíssima matéria trazida na Coluna Jurídica, pelas letras da consultora Jurídica, Elizabeth Góes, na última edição da revista Sanear (junho/11). O texto discute qual parâmetro legal deve ser seguido: Lei ou Decreto. Realmente, é muito interessante quando permeamos os mundos que regulamentam o setor de saneamento. Entendo claramente que as impropriedades ou desconexões entre a Lei e o Decreto devem ser debatidas e questionadas entre os que estão diretamente ligados ao setor, como os estados, municípios, companhias e pessoas atuantes. Mais uma vez, parabéns pela matéria!

Wagner Pessoa Felix da Silva
Analista de Infraestrutura
Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental

Venho parabenizar toda a equipe na revista Sanear pelo ótimo desempenho em trazer notícia que interessa ao meio social e ambiental de nosso país. A edição do mês de junho/11, nº 14º, ficou muito organizada e recheada de assuntos tratados diariamente em todas as empresas de saneamento. Além disso, informou o que se passa em cada empresa de saneamento do Brasil. Todos sabemos que água é um bem finito, sendo assim, devemos preservá-la, cada dia mais, e a equipe Sanear está dando passos longos em relação a essa ideia.

Willian Mateus de Sousa Almeida
(Jovem Aprendiz) Saneatins, Porto Nacional -TO

Fale conosco

Revista Sanear

+55 61 3326.4888 – Ramal 13
revistasanear@aesbe.org.br

Publicidade

Via Vox Comunicação
Brasília: kelly@viavox.com.br
(61) 3201-1884 / 8229-5545
São Paulo: cmarino@scmedia.com.br
(11) 3451-0012 / 91412938

Expediente

Coordenação Editorial

Walder Suriani

Edição: Aurélio Prado (MT - 9160/DF)

Comunicação e Administração: Luciana Melo Costa (MT - 2492/DF)

Revisão: Ronaldo Farias

Diagramação: Duo Design Comunicação

Foto de capa: Duo Design

Impressão: Gráfica Coronário

Tiragem: 10.000 exemplares

Diretor-Presidente

Abelardo de Oliveira Filho (Embasa/BA)

Diretores Vice-Presidentes

Ricardo Augusto Simões (Copasa/MG)

Antonio Braga (Cosanpa/PA)

Fernando Ghignone (Sanepar/PR)

Roberto Cavalcanti Tavares (Compesa/PE)

Wagner Victor (Cedae/RJ)

Walter Gasi (Caern/RN)

Conselho Fiscal

Sérgio Rubens Castelo Branco (Caerd/RO)

Deusdete Queiroga Filho (Cagepa/PB)

Neivaldo Bragato (Cesan/ES)

Câmara Técnica de Comunicação e Imprensa

Rosalina Sousa – AGESPISA

Vanda Vidigal – CAEMA

Marlete Pires Meneses da Silva – CAER

Newton Sérgio Vicente da Silva – CAERD

Edwin Carvalho - CAERN

Ivete Guedes – CAESA

José Carlos Camapum Barroso – CAESB

Sabrina Lemos – CAGECE

Fábio Cabral Bernardo – CAGEPA

José Francisco Alves – CASAL

Samuel Rodrigues – CASAN

Iuri Cardoso – CEDAE

Márcia Brito – CESAN

Rosineide Oliveira – COMPESA

Henrique Bandeira de Melo – COPASA

Rosane Beria – CORSAN

Milena Souza de Medeiros – COSANPA

Fernando Fontes – DESO

Débora Ximenes – EMBASA

Adriano Stringhini – SABESP

Rui Eduardo Ferrascini Pacheco – SANEAGO

Fabiano Nascimento - SANEATINS

Flávio Costa – SANEPAR

Paulo Ricardo Gomes – SANESUL

As análises e as opiniões dos artigos assinados na revista Sanear são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam necessariamente a posição da Aesbe.

Planos de contingência e gestão de riscos na área de saneamento: iniciativas ainda são pontuais

Em todo o mundo é crescente a preocupação em enfrentar e minimizar danos diante de situações de risco iminente no caso de desastres naturais ou causados pela ação do homem.

Dizer que o Brasil é um país seguro, sem grandes enchentes ou secas, terremotos, tsunamis ou furacões não corresponde à realidade. O nível do rio Amazonas baixou drasticamente em 2007; Santa Catarina sofreu com os efeitos do furacão Katrina, em 2005; Ceará, Rio Grande do Norte e Tocantins penam com a seca; Mato Grosso do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro sofrem

com enchentes e deslizamentos. “É o mundo que está fora do eixo”, dizem os populares por aí.

O fato é que o planeta está mudando pela ação do homem ou da própria natureza, por isso é preciso planejamento para que danos maiores sejam evitados. No Brasil, as companhias estaduais de saneamento ainda não inseriram esse assunto na pauta de seus

objetivos estratégicos, mas algumas ações ou iniciativas pontuais para minimizar danos na estrutura e na prestação dos serviços de água e esgoto, em caso de catástrofes climáticas ou acidentes, estão sendo realizadas.

Para o presidente da Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais, Abelardo de Oliveira Filho, que também é presidente da Empresa

AGÊNCIA BRASIL



Recentemente, Teresópolis-RJ, foi arrasada por deslizamentos que se figuraram entre as piores tragédias do País

Muitos conceitos podem ser facilmente obtidos na internet para o termo “plano de contingência” e o apresentado no site da Wikipedia diz o seguinte: “Um plano de contingência, também chamado de planejamento de riscos, plano de continuidade de negócios ou plano de recuperação de desastres, tem o objetivo de descrever as medidas a serem tomadas por uma empresa, incluindo a ativação de processos manuais, para fazer com que seus processos vitais voltem a funcionar plenamente, ou num estado minimamente aceitável, o mais rápido possível, evitando assim uma paralisação prolongada que possa gerar maiores prejuízos à corporação, como a fuga de acionistas, grandes perdas de receita, sanções governamentais, problemas jurídicos para os dirigentes, abordagens maliciosas da imprensa, fuga de funcionários para os concorrentes e até mesmo, em casos extremos, o fechamento da empresa.”

Baiana de Águas e Saneamento S.A. (Embasa), as últimas catástrofes no exterior e em território nacional têm evidenciado o quanto é preciso aumentar a capacidade de reação a eventos indesejáveis que fogem à rotina das empresas, especialmente os desastres naturais.

“É mais importante que a capacidade de reagir de modo adequado e ágil é a adoção de medidas preventivas que reduzam os riscos à integridade física



De acordo com o Banco Mundial, a população pobre é a mais suscetível às consequências de desastres

das pessoas e de danos materiais. Na área de saneamento, esse assunto ainda não obteve o destaque que merece”, considerou Abelardo.

Segundo o presidente da Aesbe, apesar do Brasil ser privilegiado no que se refere à suscetibilidade a catástrofes que envolvem abalos sísmicos, erupções vulcânicas, maremotos e outros desastres naturais, temos de lidar com fenômenos naturais danosos e recorrentes como, por exemplo, inundações e secas, sem que haja um planejamento sobre as possíveis ações preventivas, nem a elaboração de planos de contingência.

“Apesar das dificuldades, a prevenção contra os acidentes envolvendo rompimento de barramentos tem evoluído bastante em nosso país. Temos como exemplo a criação do dispositivo legal que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água, por meio da Lei Federal nº 12.334 de 20 de setembro de 2010”, lembra Abelardo.

Essa tendência nacional já faz parte das políticas públicas de muitos países. No início de junho, os planos

de contingência ou de gestão de riscos foram discutidos numa conferência internacional organizada pelo Banco Mundial, no México. Ações e planos estruturados com foco na antecipação de riscos que possam comprometer a estrutura ou o funcionamento regular dos serviços públicos de saneamento foram apresentados por países como Chile, México e Japão. “Na ocasião, fiz uma apresentação enfocando a gestão de risco de desastres na operação e manutenção de barragens no estado da Bahia, elaborada em parceria com a Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos do Estado”, informou Abelardo.

Segundo o presidente, a observação final da conferência comprovou que cada evento catastrófico é uma oportunidade de aprendizado para aprimorar as práticas e tecnologias utilizadas na prevenção de riscos. As companhias precisam buscar esse conhecimento e incorporar essa preocupação em suas rotinas.

Fundamental - O Banco Mundial é uma das instituições internacionais

responsáveis por financiar projetos de desenvolvimento de países e suas regiões. Na opinião dos especialistas em gerenciamento de riscos de desastres do Banco Mundial, Joaquim Toro e Marcos Thadeu Abicalil, mais do que ter planos de contingência de riscos de desastres naturais é necessário entender os motivos pelos quais esse plano precisa ser feito. Confira a opinião dos especialistas:

Sanear: Qual é a opinião do Banco Mundial sobre a adoção de um plano de contingência de água e esgoto por companhias de saneamento?

Banco Mundial: Planos de contingência são muito importantes para fornecer o acesso e a continuidade dos serviços, após os desastres, com a qualidade e quantidade apropriada. Se as empresas de saneamento não têm planos de contingência, em seguida, a população sofrerá com a falta de serviço e as empresas com a falta de renda e outras sanções regulamentares.

No entanto, a questão mais importante não é apenas ter um plano, mas como esse plano foi concebido e, especialmente, como ele foi baseado. É realmente importante que as empresas de água e esgoto estejam cientes dos riscos a que estão expostas, o que significa que elas precisam entender os seus riscos. Por isso, as empresas precisam introduzir o conceito de gestão de risco de desastres em seu planejamento, financiamento e operações.

Por exemplo, o furacão Mitch causou danos à infraestrutura de água potável e esgotamento de cerca de US\$ 58 milhões. Os custos estimados para a reconstrução excedeu os US\$ 196 milhões. Terremoto no Peru, em 2007, resultou em US\$ 27,6 milhões de dólares em prejuízos; o furacão Katrina teve um custo de danos no sistema de água



DIVULGAÇÃO/SANESUL

Os matogrossenses têm de conviver com longos períodos de estiagem e até enchentes, em determinadas cidades

de mais de US\$ 2 bilhões. O terremoto no Haiti produziu danos de US\$ 34 milhões e perdas de US\$ 201 milhões, com um custo de reconstrução de US\$ 231 milhões.

Planos de contingência são apenas uma pequena fração da gestão de risco de desastres. Uma vez que as empresas avaliam os riscos que elas serão capazes de reduzir, os riscos existentes e futuro podem ser evitados. Além disso, as empresas de saneamento também devem se preocupar com os prováveis impactos que as mudanças climáticas e o aumento da variabilidade hidrológica podem exercer sobre suas operações.

A partir dessa visão, as empresas serão capazes não só de fornecer a quantidade necessária com qualidade do serviço a uma população necessitada, mas elas vão proteger os seus investimentos e reduzir os danos e prejuízos.

Sanear: Qual é a realidade da América Latina sobre esses planos?

Países latino-americanos têm sido capazes de elaborar planos de contingência?

Banco Mundial: A América Latina em geral melhorou consideravelmente na última década, especialmente nos últimos anos. Países com eventos recorrentes têm desenvolvido políticas para incorporar o gerenciamento de risco de desastres no setor de água e esgoto (incluindo a necessidade de planos de contingência), casos da Colômbia, Chile, Costa Rica, Equador, México, Peru, apenas para citar alguns deles.

As empresas de saneamento básico daqueles países têm se engajado em atividades de gestão de desastres de risco. Como exemplos, podemos citar a Costa Rica e a Agencia Nacional de Agua y Saneamiento (AyA), que têm se envolvido em uma avaliação de risco probabilístico a fim de compreendê-los; no Equador, a agência de água e esgoto da cidade de Quito foi além ao se engajar em encontrar soluções para evitar deslizamentos e, assim,

proteger suas comunidades e seus sistemas; a Colômbia tem uma lei de água e esgotamento, que exige que todos os prestadores de serviços preparem um plano de gestão de riscos de desastres, bem como planos de contingência.

Sanear: Como o Brasil poderia desenvolver suas ações nesse sentido?

Banco Mundial: É importante que, se o país quer aliviar a pobreza, todos os setores precisam considerar o risco. O Brasil é exposto a poucos eventos catastróficos, mas eventos naturais adversos como inundações, secas e deslizamentos de terra são recorrentes no país. Basta acompanhar os noticiários dos últimos cinco anos.

O Brasil também precisa melhorar sua capacidade institucional e proteger sua infraestrutura para lidar com

os impactos gerados pela mudança climática. Efeitos negativos incluem secas prolongadas, reduzido potencial de produção agrícola e aumento da evaporação de lagos, represas e reservatórios. Além disso, longos períodos sem chuva, marcados por breves chuvas torrenciais, resultam em enchentes. Alguns desses efeitos já são evidentes e têm causado significativo impacto social e econômico no Brasil. Por exemplo, em 2009, 1081 municípios brasileiros experimentaram emergências, a maioria devido à escassez de água, particularmente no Nordeste, já com pouca água, mas também vários municípios sofreram inundações extremas e deslizamentos de terra.

Esse número de municípios aumentou para 1.916 em 2010, e 880, em

meados de 2011. O aumento da frequência e a severidade de secas e inundações requerem uma abordagem sistemática e coordenada da gestão de riscos de desastres para investimentos sustentáveis, planejamento de resposta de emergência para minimizar as perdas humanas, e de contingência de planejamento para assegurar a continuidade dos serviços.

Além disso, no final de 2010 e no início de 2011 os deslizamentos de terra no Rio de Janeiro e as inundações no Nordeste fizeram com que o país passasse a considerar várias medidas de forma proativa para enfrentar o desafio de preparar o Brasil para que tenha maior capacidade de se recuperar dos desastres associados a eventos naturais extremos, cada vez mais frequentes.

Rio ainda se recupera da tragédia de Teresópolis e de Nova Friburgo

Os moradores da região serrana do Rio de Janeiro ainda contabilizam as perdas e os estragos deixados pela tragédia ocorrida no começo deste ano. Deslizamentos de terra, enchentes e demora na resolução dos problemas geraram quase dois mil mortos, milhares de desabrigados e muita coisa para ser consertada. Um dos problemas mais sérios foram os danos ocorridos nas redes de água e esgoto das cidades mais atingidas: Nova Friburgo e Teresópolis.

A Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro (Cedae) atuou firmemente nos municípios da região serrana desde o início dos trágicos acontecimentos. Foram mobilizados mais de 200 homens e o abastecimento foi realizado nas áreas críticas (hospitais,



VLADIMIR PLATONOW/AGÊNCIA BRASIL

Em Teresópolis-RJ, um córrego subiu rapidamente, em decorrência das fortes chuvas, e destruiu as casas construídas em suas margens

postos de saúde e abrigos) por meio de carros-pipa.

Vale destacar que a Cedae ajudou também a realizar a retomada da produção e distribuição de água em alguns municípios onde não era a responsável pelo serviço, como São José do Vale do Rio Preto, Areal e Três Rios, e que a diretoria do Interior se transferiu com toda a sua equipe para a cidade de Teresópolis desde o dia da tragédia.

Em Teresópolis, um dos maiores problemas foi relacionado às linhas de transmissão, que caíram e desenergizaram o principal sistema de produção. A adutora do Rio Preto, apesar da estrada onde ela passa ter caído, ficou intacta. Por isso, antes de reativá-la, foi necessário que a Cedae fizesse uma contenção no solo, usando estacas.

Um grupo de 20 funcionários percorreu a pé mais de 30 quilômetros de adutoras, identificou e corrigiu cinco grandes problemas. Já no terceiro

Outras informações que, normalmente, fazem parte dos planos de contingência, dizem respeito a:

- a) Definição do gerente responsável pelo grupo de trabalho;
- b) Definição da estrutura organizacional pelas atividades do plano de contingência;
- c) Evidenciar as pessoas que deverão ser comunicadas e a forma com a qual isso deve ser feito;
- d) Dados cadastrais das instalações e equipamentos referenciados nos planos, além de informações sobre quem possa ser afetado numa contingência.



VALTER CAMPANATO/AGÊNCIA BRASIL

Os incêndios também são motivos de preocupação, pois colocam em risco a estrutura das estações e podem destruir nascentes

dia, em Teresópolis, a Cedae havia restabelecido seis das oito captações e a produção alcançou 90% em todas as partes baixas, que já estavam sendo atendidas. No quarto dia, o atendimento foi completamente restabelecido, exceto nos locais onde a prefeitura solicitara que o sistema não fosse religado, a fim de evitar a volta precipitada de moradores para áreas que ainda apresentavam alto risco.

São Paulo - De acordo com os procedimentos internos da Sabesp, é necessário elaborar o plano de contingência para todas as situações nas quais for identificada a existência de riscos operacionais nos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Essa exigência é válida para todos os sistemas existentes, independente de seu tamanho.

Na Sabesp os trabalhos de identificação dos riscos e de elaboração dos planos de contingência estão subdivididos. Primeiro, a unidade responsável faz a identificação dos riscos operacionais. Até dois meses atrás, essa tarefa cabia à Superintendência de Auditoria mas, atualmente, ela está sendo transferida para a Superintendência

de Gestão de Riscos e Qualidade (em fase de criação).

Para a identificação dos riscos operacionais é utilizada a metodologia internacional definida no sistema Coso (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) pela ISO - 31000.

Depois, a partir do mapeamento dos riscos, para todas as situações que apresentarem risco elevado e alta probabilidade de ocorrência, as áreas operacionais relacionadas recebem a missão de elaborar o plano de contingência mais adequado, para aquela situação específica.

Os planos de contingência devem estabelecer regras que orientem, facilitem, agilizem e uniformizem as ações das equipes de operação e manutenção. Os planos devem detalhar de forma clara a ação que solucione ou mitigue os danos que afetem a operacionalidade dos sistemas. Esses documentos devem conter, ainda, respostas às seguintes questões: O quê? Quem? Quando? Como fazer? Quais são os recursos humanos e os materiais necessários, disponíveis, aptos a resolver a questão? E onde estão localizados?

No Paraná, redes interligadas asseguram água na Região Metropolitana de Curitiba

DIVULGAÇÃO/SANEPAR

O plano de ação da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), para atendimento às emergências ambientais, garante a manutenção do abastecimento de água para Curitiba e Região Metropolitana, mesmo em situações críticas. O plano se estrutura a partir da integração entre todas as unidades de produção e de distribuição, permitindo remanejar o envio de água de uma região para outra e atender à demanda contingencial.

O monitoramento da qualidade da água, como parte da gestão de mananciais da Sanepar, funciona como suporte durante o enfrentamento de



No Paraná, a Sanepar construiu caixas de contenção para evitar que produtos químicos, transportados nas rodovias, contaminem os mananciais próximos

POUPA ÁGUA

GESTÃO EFICIENTE E SUSTENTÁVEL DA ÁGUA

Regulação de pressão e controle em tempo real das ocorrências (vazamentos, desvios, etc.) são alguns dos avanços da implantação dos Distritos de Medição e Controle-DMC.

O novo modelo é fruto da busca por novas tecnologias da Casal e está sendo implantado também em outros bairros de Maceió.

Com a redução das perdas, a Casal melhora o abastecimento e disponibiliza mais recursos para investimentos.

O uso de equipamentos de ponta, softwares avançados e pessoal capacitado transforma a Gestão Inteligente e Sustentável da Água num modelo que beneficia os usuários, a empresa e o meio ambiente.

- CONTROLE DAS PRESSÕES
- MAIS REGULARIDADE DO ABASTECIMENTO
- ECONOMIA DE 3 MILHÕES DE LITROS POR DIA SÓ NO BENEDITO BENTES
- CONTROLE EM TEMPO REAL DE VAZÕES PRODUZIDAS E DISTRIBUÍDAS
- BENEFÍCIO PARA USUÁRIOS, A EMPRESA E O MEIO AMBIENTE.

Reduzir custos, gerar economia e melhorar os serviços. Essas são metas que estamos alcançando com as ações de controle de perdas.

Enquanto você lê esse anúncio, o Programa de Redução de Perdas da Casal economiza mil litros de água na região do Benedito Bentes, em Maceió. São 125 m³ por hora, 3 milhões de litros por dia. É água para abastecer plenamente uma população de 15 mil pessoas.

Companhia de Saneamento de Alagoas
Casal
Secretaria de Estado da Infraestrutura
ALAGOAS

Planos de contingência

situações de risco. A companhia também está criando um comitê de crise focado em processos ambientais.

Outra preocupação da Sanepar é com o risco potencial de contaminação por acidentes ou emergências ambientais, causadas pela implantação da infraestrutura viária e o desenvolvimento econômico dos municípios onde se encontram os mananciais.

Na relação de produtos perigosos, que transitam diariamente pelas rodovias, constam combustíveis (gás, gasolina e óleo diesel), etanol, ácido sulfúrico, soda cáustica, hipoclorito de sódio, tintas, solventes, agrotóxicos, amianto, amônia, medicamentos e explosivos, entre outros. Em caso de acidente, essas substâncias podem trazer sérios danos ao meio ambiente, provocar o abandono temporário do manancial e até interromper o abastecimento.

Depois de constatar o potencial de

risco, as equipes técnicas da Sanepar identificaram os principais pontos e seus graus de risco de acidente nas diversas situações. Uma base cartográfica dos mananciais, captações e estações de tratamento de água foi montada e é mantida e atualizada rotineiramente.

Nas rodovias, em áreas próximas a mananciais, em parceria com a Defesa Civil, foram implantadas placas de sinalização alertando os motoristas e instaladas muretas no acostamento, calhas e caixas de contenção em todos os trechos de interceptação para evitar contaminação das águas. Dessa forma, se o produto contaminante for derramado no rio, a Sanepar estará preparada para instalar barreiras de contenção e de absorção.

Outra obra importante é o canal "by-pass" construído na confluência dos rios Piraquara e Iraí. Por esse

canal, qualquer um dos rios pode ser desviado a montante das captações.

Operação - Se houver um acidente, a Sanepar inicia uma série de medidas, que são padronizadas seguindo uma metodologia. A empresa mantém uma equipe de plantão 24 horas para atendimento dessas ocorrências. Após tomar conhecimento do acidente, todos os órgãos ambientais são comunicados e um grupo gestor é deslocado ao local para avaliar a situação.

Confirmado que o acidente ocorreu em área de manancial, medidas mais restritivas são adotadas, inclusive com a paralisação das estações de tratamento atingidas, não permitindo haver risco à saúde da população. A empresa também conta com uma frota de caminhões-pipa terceirizada que fazem frente à demanda de abastecimento de hospitais, creches, escolas entre outros usuários especiais.

Na Bahia, simulação de acidente mobiliza Santo Antônio de Jesus



Em março, a Embasa, juntamente com diversos outros organismos baianos, realizaram uma simulação às margens do rio da Dona, um dos principais do Recôncavo

Foi com o objetivo de medir o tempo de resposta dos agentes envolvidos num acidente com derramamento de produto químico às margens do rio da Dona, manancial que abastece a população do município de Santo Antônio de Jesus, no Recôncavo Baiano, que a Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (Embasa) realizou uma simulação. A iniciativa também visou a garantir uma atuação rápida e eficaz na diminuição de danos ambientais em caso de acidentes dessa natureza.

O exercício contou com a participação do Corpo de Bombeiros, das polícias Rodoviária Federal e Estadual, da Universidade Federal do Recôncavo Baiano, do Hospital Regional de Santo

Antônio de Jesus, do Ibama, da Defesa Civil Municipal e da Brigada de Emergência da Unidade Regional da Embasa na cidade.

O simulado foi realizado no km 275 da BR 101, ponto escolhido em função da proximidade da barragem com a pista, o que aumenta o risco de contaminação da água em caso de acidente. A atividade foi o ponto culminante de uma série de cursos e treinamentos que se estenderam ao longo de oito meses. A simulação faz parte do Plano de Atendimento a Emergência, da Embasa, que tem o objetivo de preparar os brigadistas para

atuar em caso de acidente, evitando riscos à saúde dos colaboradores e da comunidade, assim como a contaminação dos mananciais e danos aos equipamentos da empresa.

O exercício encenou um acidente com três vítimas e um vazamento de soda cáustica às margens da barragem. Um barco da Embasa fez a contenção do suposto produto na água. Já o Corpo de Bombeiros prestou os primeiros socorros e controlou o vazamento no caminhão. Uma ambulância encaminhou as vítimas para o hospital regional e a Polícia Rodoviária

organizou o trânsito no local. O superintendente da Defesa Civil comandou a ação, acompanhada de perto pelos brigadistas da Embasa, que providenciaram o fechamento da adutora para evitar a possibilidade de captação de água contaminada.

As entidades participantes cronometraram suas respectivas atuações no intuito de avaliar a agilidade e a eficiência das performances. A simulação foi tão realista que não faltou a presença da imprensa, que acompanhou de perto a atividade, nem o olhar curioso dos motoristas que passavam pela BR.

No Mato Grosso do Sul, enchentes causam problemas ao abastecimento

“Por conta da degradação das bacias brasileiras, é importante que as companhias comecem a buscar alternativas para assegurar o abastecimento público”. A análise é do diretor de Meio Ambiente e Engenharia da Empresa de Saneamento do Mato Grosso do Sul S.A. (Sanesul), Victor Dib Yazbek Filho, que tem de lidar eventualmente com problemas nas captações superficiais, decorrentes de enchentes.

Apesar de ainda não ter um plano de contingência de riscos elaborado, a diretoria da Sanesul sabe exatamente o que fazer para evitar prejuízos ao abastecimento dos sul-mato-grossenses. “Nós perfuramos poços para aumentar a produção de água nos municípios de Aquidauana e Novo Mundo, pois as cheias prejudicam o sistema de captação de água bruta nesses lugares para também termos um sistema alternativo”, comentou o diretor.

Já no município de Paranaíba, devido à degradação da mata ciliar, o principal manancial que abastece a cidade trans-



DIVULGAÇÃO/SANESUL

A enchente deste ano causou muitos estragos e prejuízos em Mato Grosso do Sul

bordou. A população só não ficou sem água porque a Sanesul forneceu água tratada com o auxílio de caminhões-pipa e ativou poços de pequena produção.

No município, a opção de perfuração de poços que tenham vazão suficiente para abastecer a cidade, restringe-se a poços de grande profundidade, o que levou a Sanesul a adotar outra estraté-

gia de contingência de riscos: mudar o ponto de captação superficial para uma área com menor propensão a cheias ou enchentes. Outra ação preventiva será a limpeza de um dos canais do manancial, que está assoreado, o que aumenta as chances de enchentes. Para isso, uma empresa será contratada com a finalidade de executar a obra.

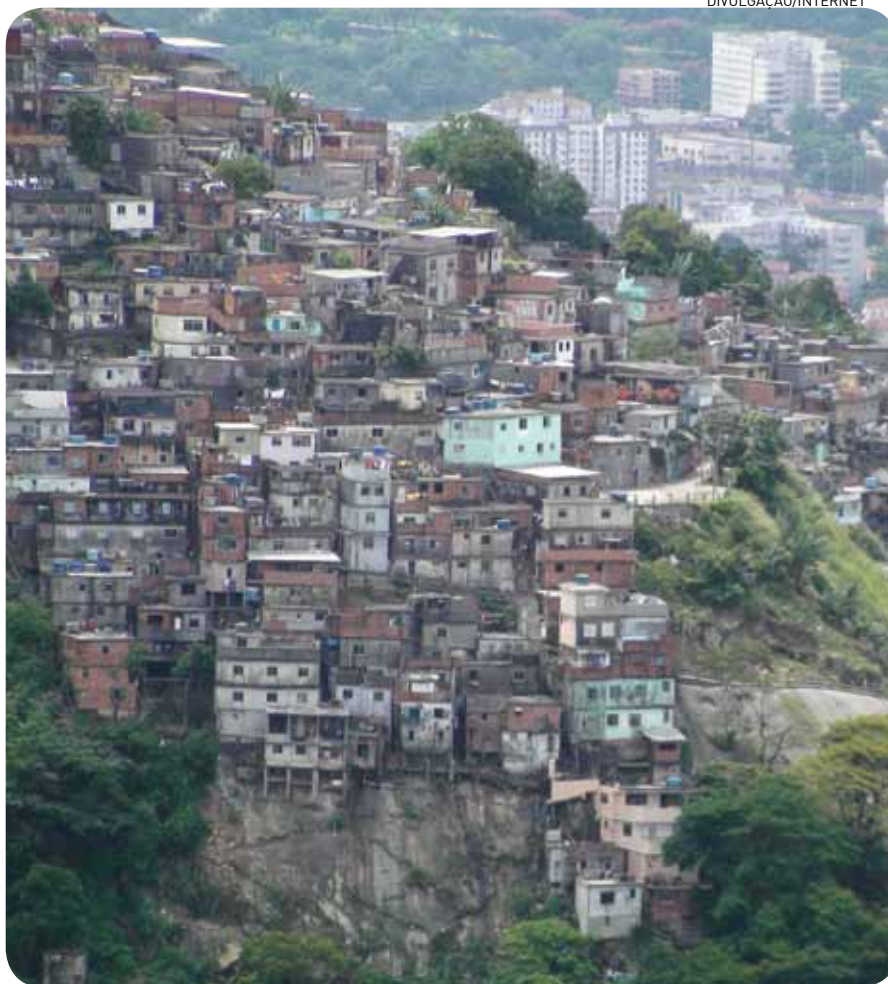
Crescimento das cidades exige ações estratégicas das companhias de saneamento

A falta de planejamento urbano e o crescimento desordenado das cidades são algumas das dificuldades encontradas pelas companhias estaduais de saneamento para atingir os 100% nos indicadores de atendimento com água tratada e com os serviços de esgotamento sanitário. “As empresas vivem ‘correndo atrás’ para garantir que todos contem com os serviços de saneamento”, comentou o chefe do Departamento de Operação Metropolitana da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), João Andrade do Nascimento.

Para ele, esses dois fatores não são necessariamente vistos como “riscos”, mas como situações que exigem um enfrentamento direto por parte das empresas. “Existe a possibilidade de desabastecimento por falta de pressão por intermitência. Com isso, as companhias têm de redimensionar redes e, às vezes, atender a uma região inteira com carros-pipa”, enfatizou João Andrade.

O chefe do Departamento de Operação Metropolitana da Copasa que é, atualmente, o responsável pelos serviços de abastecimento de água de mais de 5,2 milhões de pessoas, lembrou que, em 1985, houve o rompimento de uma adutora de 2,4 metros de diâmetro e toda Belo Horizonte ficou sem água por cinco dias. “Foi um caos, mas serviu para vermos que é necessário planejar e investir em segurança”, declarou João Andrade.

De acordo com o gestor, a Copasa flexibilizou os sistemas integrados para que tivessem várias captações para assegurar, por exemplo, que,



As construções irregulares, bem como favelas, estão mais sujeitas às intempéries como enchentes e deslizamentos

numa emergência como a de 1985, o abastecimento à população seja mantido. Além disso, a diretoria da companhia mineira investiu em gestão e, também, criou um Centro de Operações de Sistemas Integrados, que permite observar em tempo real a situação de todas as engrenagens do sistema de distribuição de água de Belo Horizonte. “É possível checar o nível de cada reservatório, direcionar mais água para determinada região, fazer simulações que assegurem a correta

tomada de decisões, dentre outras infinitas possibilidades”, declarou.

E foi graças a esse Centro de Operações que a Copasa evitou que milhares de mineiros ficassem sem água no início de junho, quando um temporal causou o rompimento de cabos de energia elétrica e a consequente paralisação de 30 unidades da companhia. “Quando percebemos isso, nós redirecionamos as redes para as regiões afetadas e a população não foi desabastecida”, informou Andrade Nascimento.

Pobres são mais vulneráveis aos desastres, afirma relatório do Banco Mundial

Em junho deste ano, o Banco Mundial apresentou o relatório “Mudança climática, risco de desastres e pobreza urbana” (em inglês: Climate Change, Disaster Risk, and the Urban Poor), com o intuito de mostrar que a população pobre residente em todas as cidades do mundo é a parte mais afetada (ou pelo menos é a que está mais sujeita) pelos desastres naturais e ações do próprio homem.

De acordo com a publicação, as pessoas que vivem em áreas como favelas, por exemplo, têm de enfrentar desafios diários para ter acesso à água potável segura e confiável, a instalações sanitárias adequadas, aos serviços de transporte, à coleta regular de resíduos sólidos, à saúde e à educação.

Na visão do Banco Mundial, além disso, esses moradores estão cada vez mais expostos aos impactos de deslizamentos de terra, elevação do nível do mar, inundações e outros perigos, como a propagação das doenças e falta de meios de subsistência.

Segundo o relatório, a população urbana pobre que mora em favelas – agora estimada em cerca de um bilhão de pessoas – corre um risco particularmente elevado de sofrer os impactos do clima e desastres naturais, em grande parte devido ao local onde vivem.

Com o crescimento das cidades, a terra se torna mais escassa e, portanto, mais cara. A escolha de onde viver é impulsionada por uma série de negociações entre o que é acessível, a proximidade de oportunidades para geração de renda e onde os indivíduos podem ter redes sociais e laços de pa-

rentesco. As áreas que são acessíveis para os pobres estão geralmente em regiões propensas ao perigo, em áreas que são consideradas indesejáveis por outros. Eles também estão, muitas vezes, em assentamentos informais com pouca ou nenhuma estabilidade.

Pessoas em bairros de baixa renda são ainda mais vulneráveis a condições de superlotação; falta de infraestrutura adequada e serviços; habitação insegura; nutrição e saúde inadequadas. Essas condições podem facilmente transformar um perigo natural em um desastre, com impactos que incluem a perda de serviços básicos, dano ou destruição de casas, redução ou perda de meios de subsistência, a propagação rápida de doenças transmitidas via água e outros vetores, incapacidade física e a perda de suas vidas.

Os impactos dos riscos naturais e mudanças climáticas podem variar substancialmente com a distinção im-

portante de características espaciais e de localização. Por exemplo, as favelas das cidades do interior, que estão normalmente localizadas no centro histórico de uma cidade e são altamente densas, como em Nova Deli (Índia), Dhaka (Bangladesh), Cairo (Egito) e Istambul (Turquia), enfrentam riscos devido ao estado degradado de suas estruturas, condições de superlotação e dificuldade em desocupar a área e receber serviços, inclusive de veículos de emergência por meio de estradas estreitas. Favelas pré-urbanas, como em muitas cidades na América Latina e em outros países, podem enfrentar outros desafios, tais como serviços de má qualidade, disposição aleatória, problemas de drenagem, acessibilidade limitada e proximidade a riscos ambientais.

Para os pobres, são habitualmente os eventos de intensidade baixa ou moderada que ocorrem com maior

ODAIR FARIA/SABESP



Segundo o Banco Mundial, os pobres se submetem a morar em locais de maior risco

frequência, tais como inundações localizadas e incêndios, aqueles que têm o impacto mais significativo. Em Katmandu, Nepal, assentamentos irregulares de crescimento rápido estão localizados ao longo das margens dos três principais rios da cidade, em encostas íngremes. Como não há serviços de coleta de resíduos sólidos, o lixo é jogado nesses rios. As redes existentes de águas pluviais e de esgoto operam com apenas 40% de sua capacidade, porque estão bloqueadas por lodo e detritos. Durante o período chuvoso, cerca de 25% dos domicílios lá situados alagam regularmente devido à drenagem inadequada. Esses moradores também estão suscetíveis a doenças transmitidas por meio da água e à falta de tratamento médico a preços acessíveis.

Em Dhaka, Bangladesh, a situação é semelhante. Apenas 10% dos moradores de favelas têm drenagem suficiente para evitar enchentes nas chuvas fortes. Na maioria dos assentamentos, a existência de valas abertas resulta em lixo acumulado, impedindo o sistema de drenagem de funcionar durante as chuvas fortes. Onde não há drenagem suficiente, a água parada das inundações proporciona um terreno ideal para os parasitas e mosquitos, o que pode levar a um aumento dos casos de malária e de outras doenças transmitidas por esses vetores.

Outras questões enfrentadas pelos pobres dizem respeito ao sistema financeiro. A falta de propriedades dificulta os investimentos em serviços e melhorias habitacionais. A população pobre urbana confia no setor informal

por causa de sua renda e, portanto, têm acesso limitado às redes formais de segurança.

De acordo com o relatório do Banco Mundial, essa é a realidade das cidades ao redor do mundo. Entretanto, essa realidade não tem de ser definitiva. Um amplo conjunto de ações citadas no relatório – que tratam basicamente do apoio do governo com planejamento e investimento em infraestrutura – pode ajudar a construir condições de resistência para aqueles que correm maior risco. É claro que a implementação dessas medidas sugeridas envolverá um forte compromisso por parte dos governos, bem como de instituições nacionais e internacionais.

Países se preparam contra as tragédias

A cidade mexicana de Oaxaca de Juárez sediou entre os dias 7, 8 e 9 de junho, deste ano, um dos eventos mais importantes no mundo no que diz respeito à divulgação de relatórios, tendências e ações práticas contra desastres naturais: a Conferência Internacional de Gestão de Riscos de Desastres Naturais. Ao todo, 12 países da América Latina participaram do evento, também prestigiado por representantes de países como Paquistão, Japão e Estados Unidos.

O presidente da Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais (Aesbe), Abelardo de Oliveira Filho, foi um dos representantes do Brasil no seminário, que serviu para a apresentação de casos reais de superação de tragédias. Um bom exemplo é o Japão, que é um dos países onde, certamente, ocorre o maior número

de desastres no mundo. Esse país é o que mais registra terremotos e tsunamis e é por isso que medidas de antecipação de possíveis tragédias têm sido rotina entre os estudiosos da atualidade japonesa.

Um dos piores terremotos enfrentados pelo Japão ocorreu no dia 11 de março deste ano, matando 15 mil pessoas e deixando 10 mil desaparecidos. Diversas cidades foram arrasadas pelo tremor



que atingiu 9 pontos na escala Richter. E como se não bastasse, uma enorme tsunami terminou a tragédia que o terremoto apenas havia começado.

Segundo o professor Masakatsu Miyajima, da Universidade de Kanazawa, no Japão, esses dois acontecimentos seguidos causaram sérios danos aos sistemas de água e esgoto de várias cidades: estações completamente destruídas, redes reviradas sobre o solo e muito o que fazer.

Segundo o professor, os sistemas de abastecimento público são gerenciados pelo Ministério da Saúde, Trabalho e Bem-Estar Social e a operação das unidades fica a cargo dos governos locais. Já os sistemas de esgotamento são gerenciados pelo Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo e sua operação é feita pelos governos locais. Não há privatização dos sistemas de saneamento básico no Japão.

Desde 1924, o governo japonês decidiu agir proativamente e impedir tantos danos à vida humana e às estruturas das cidades. A partir daquele ano, os cálculos de construção passaram a requerer novas variantes para que os projetos fossem executados. Em 1950, um coeficiente de abalo sísmico foi desenvolvido e passou a integrar a base de cálculos. Naquele mesmo ano, foi implementada a Lei Padrão de Cálculos Para Construção Civil, cuja intenção foi padronizar o desenvolvimento e a execução de projetos o que resultaria em proteção à vida e ao patrimônio das famílias japonesas, contra incêndios, tsunamis, tufões, terremotos e epidemias.

Essa lei, de lá para cá, vem sendo ajustada à realidade na medida em que a tecnologia se desenvolve. De acordo com o professor Masakatsu Miyajima, da Universidade de Kanazawa, no Japão, o resultado disso foi



Terremoto de 8,8 graus de magnitude derrubou prédios e vitimou centenas de pessoas no Chile, no ano passado

que as construções que obedeceram a essa nova forma de projetar permaneceram intactas durante e depois de desastres previsíveis como nevadas (no caso das regiões mais frias) e até mesmo a terremotos de pequena a média magnitude.

Os métodos também foram utilizados na elaboração de projetos de água e esgoto. Nesse caso, o que se percebeu é que as redes necessitavam de medidas específicas. Toda a tubulação antiga (em algumas cidades a tubulação era de 1887) foi substituída por canos à prova de terremotos.

Chile – Em fevereiro de 2010, o resultado de um terremoto de 8,8 pontos na escala Richter, seguido por um maremoto, foi uma das maiores catástrofes do país, banhado pelo oceano Pacífico. Mais de 80% da população chilena – cerca de 13 milhões de pessoas – sofreu com as consequências do desastre. A população ficou sem serviços de abastecimento, esgotamento, energia elétrica, telefonia e a população desesperada iniciou uma série de saques, roubos e ações vândalas, como incêndios.

dalas, como incêndios.

De acordo com Magaly Espinosa, representante da Superintendência de Serviços Sanitários do Chile, os danos na área do saneamento foram estimados em US\$ 130 milhões. As empresas de água e esgoto do Chile tinham seguro contra terremotos e isso permitiu uma rápida reposição de peças, máquinas, equipamentos e até reparo nas unidades.

Depois disso, as empresas criaram comitês gestores de emergências, em parceria com os comitês regionais, empresas de energia elétrica e outros agentes que vão assegurar a rápida reconstrução de áreas devastadas por tragédias semelhantes à de 2010.

Na época, o governo decidiu agir da seguinte forma: controlar e fiscalizar sistemas e obras vulneráveis, incentivar a elaboração diária de relatórios sobre os serviços de abastecimento e esgotamento sanitário e estabelecer programas de reparação definitiva das redes de esgoto, cujas obras serão concluídas até 2012. Obras de emergência também foram feitas para garantir a restituição dos serviços de

DIVULGAÇÃO/INTERNET



Terremoto também destruiu estradas no México

redes, estações e demais unidades de saneamento básico destruídas.

O aprendizado disso tudo, segundo a representante da Superintendência de Serviços Sanitários do Chile, foi que as empresas mostraram uma rápida resposta frente à emergência, tanto em recursos humanos quanto financeiros.

México – Para o representante da Unidade de Investimento da Secretaria de Despesas do México, Juan Carlos Cervantes, nos últimos anos, o número de desastres associados a fenômenos naturais extremos (furacões, chuvas atípicas, terremotos e tsunamis) tem aumentado consideravelmente. “O impacto dos desastres naturais se justifica por fatores como o crescimento desordenado da população, que aumenta o nível de risco associado aos desastres” considerou.

Geralmente, os desastres que acometem o México colocam em risco a população e provocam danos à infra-

estrutura das cidades, como os sistemas de água, esgoto, comunicação, transporte, habitação e comércio.

Para prevenir que os desastres assumissem uma proporção fora de controle, foi elaborado o Programa Nacional Hídrico 2007-2012. Um dos seus objetivos estabelece o seguinte: “prevenir os riscos derivados de fenômenos climáticos e atender aos seus efeitos”.

Segundo Juan Carlos, existem três estratégias que foram desenhadas para cumprir esse objetivo: retirar pessoas de assentamentos ou locais de risco; realizar ações preventivas que permitam enfrentar da melhor forma os fenômenos climáticos; e contribuir com o restabelecimento dos serviços de água potável e esgotamento sanitário nos locais atingidos.

O terremoto evidenciou os pontos fracos dos sistemas:

Energia elétrica: um dos principais problemas que afetaram os sistemas foi a falta de energia elétrica, tanto na etapa de produção, quanto na de distribuição de água potável;

Combustível: para suprir a falta de energia elétrica, alguns motores foram acionados, mas não havia combustível suficiente para manter o sistema funcionando por um longo período;

Comunicação: um problema generalizado, que afetou todas as providências a serem tomadas, foi a dificuldade encontrada pelos gestores de se comunicarem;

Mão de obra: existiu inicialmente um déficit de funcionários para executar os reparos necessários de restabelecimento dos serviços;

Coordenação: faltou coordenação entre os organismos do governo, nos níveis central, regional e local, com as empresas de saneamento.

Fonte: Magaly Espinosa, representante da Superintendência de Serviços Sanitários do Chile.

Avanços em governança corporativa

Matthias Krause | Yvon Mellinger

Melhorar a Governança Corporativa (GC) das empresas públicas de serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário tem múltiplos efeitos positivos sobre a eficiência, transparência e sustentabilidade da prestação desses serviços. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) desenvolveu uma metodologia específica para avaliar as práticas de GC entre as empresas do setor que permite medir os avanços nessa matéria e orientar o desenvolvimento de planos de ação para melhorar as práticas. Os critérios avaliados são: compromisso com a GC, estrutura e funcionamento do conselho de administração, ambiente e processos de controle, transparência e divulgação, tratamento de acionistas minoritários (caso corresponda), e disciplina financeira.

A metodologia foi estruturada com base na experiência do BID com casos práticos de desenvolvimento de planos de Governança Corporativa para Empresas de Saneamento da região, entre as quais consta a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp).

No final do ano passado, essa metodologia foi aplicada no Brasil numa amostra de empresas interessadas: Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb), Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece), Departamento de Águas e Esgotos de Porto Alegre (DMAE), Companhia Águas de Joinville e Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa). As experiências feitas nessa aplicação foram avaliadas com a ajuda de um consultor e foram discutidas

num seminário, em dezembro de 2010, na representação do BID, em Brasília, que contou com a participação de representantes das empresas partícipes nesta experiência e de outras empresas do setor, da AESBE, da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo e de outras agências do governo, de institutos de pesquisa e de cooperantes.

As empresas da amostra avaliaram a aplicação da metodologia de GC como experiência muito positiva e, em alguns casos, as medidas dos planos de ação para melhorar a GC foram incorporadas no planejamento estratégico das empresas. Se bem os resultados mostraram importantes avanços nas práticas de GC, também evidenciaram alguns gargalos. De forma geral, as áreas de aperfeiçoamento mais importantes estão localizadas nos atributos e práticas relacionadas ao conselho de administração e à disciplina financeira. As empresas que cotizam na bolsa de valores, pelo geral, têm um grau de avanço maior nessa matéria. Os par-

ticipantes do seminário concordaram em que continuar melhorando a GC era uma tarefa de alta relevância para as empresas do setor e mostraram-se interessados em avançar com esse trabalho.

ARQUIVO PESSOAL



Matthias Krause, Especialista Sênior, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington DC.

ARQUIVO PESSOAL



Yvon Mellinger, Especialista Líder, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Brasília.

Ministério das Cidades recebe propostas da Aesbe

Companhias estaduais de saneamento básico propõem subsídios para viabilizar a infraestrutura nos empreendimentos habitacionais do governo

FOTOS: RODRIGO NUNES/MINCIDADES

O ministro das Cidades, Mário Negromonte, recebeu da Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais (Aesbe) um documento expondo as dificuldades encontradas por todas as companhias estaduais para atender com infraestrutura de abastecimento de água e esgotamento sanitário ao programa “Minha Casa, Minha Vida” e propondo uma política de subsídios ou de destinação de recursos públicos. O presidente da Aesbe, Abelardo de Oliveira Filho, entregou o documento pessoalmente ao ministro no dia 27 de julho, nas presenças do secretário executivo do Ministério das Cidades, Roberto Muniz, e do vice-presidente da Aesbe, Antônio Braga.

As 25 companhias estaduais de saneamento estão encontrando dificuldades em disponibilizar os equipamentos para fornecer água tratada e para coletar os esgotos desses empreendimentos em função da falta de sincronia entre o cronograma das construtoras e o cronograma atualmente possível para o saneamento básico. Isso provém do fato de não existir linhas específicas de financiamentos para suprir as necessidades de recursos para esse atendimento. A concepção do programa “Minha Casa, Minha Vida” deveria favorecer essa sincronia entre o setor de habitação e o de saneamento.

Em linhas gerais, acontece desta forma: uma construtora seleciona uma área para um empreendimento do Pro-



A construção de conjuntos habitacionais é uma das estratégias do governo federal para diminuir o déficit habitacional do país

grama, normalmente localizada fora da malha urbana, e solicita dos diversos gestores de infraestrutura urbana pronunciamento sobre a viabilidade de atendimento. Os operadores dos serviços de saneamento, por sua vez, analisam a viabilidade desse atendimento, orçando os custos de interligar seus sistemas de abastecimento e de esgotamento sanitário às redes internas do empreendimento habitacional.

Normalmente aí começam os problemas. Como os projetos de habitação não constam da programação do operador dos serviços de saneamento, não há como planejar a captação de recursos. Por isso, as companhias, diante das demandas sem planejamento, iniciam um longo processo para alocar os recursos necessários, sem contar com linhas especiais de financiamento que sejam mais céleres.

O resultado, geralmente, são atrasos no atendimento e pressões significativas às quais os operadores dos serviços de saneamento são submetidos para que aprovelem as solicitações dos projetos habitacionais, em alguns casos, até com promessa de apoio na alocação de recursos.

Para solucionar essas questões, a Aesbe propôs ao Ministério das Cidades que fosse criada, no âmbito do PAC-MCidades, um subprograma prioritário específico, com o objetivo de prover recursos, onerosos e não onerosos, às empresas estaduais de saneamento. A Aesbe propôs, ainda, uma alteração substancial no programa: que seja criada uma linha distinta com recursos para atender especificamente ao programa “Minha Casa, Minha Vida”, no quesito saneamento. O empreendedor, ao solicitar a aprovação

do seu projeto habitacional, já levaria junto o projeto de saneamento básico, com respectivo orçamento. Ao aprovar um projeto, o outro estaria automaticamente aprovado, com vantagens evidentes para todo o empreendimento.

Na visão da Aesbe, essa forma de

atuar, simples e transparente, evitaria os problemas hoje existentes, assegurando o sucesso do “Minha Casa, Minha vida” ao atrelar a execução das obras de habitação às de saneamento.

O ministro Mário Negromonte ficou sensibilizado com as explicações dos

representantes da Aesbe e definiu, durante a reunião, que um grupo de trabalho será formado para continuar as discussões sobre o tema e implementar as decisões que forem acordadas. O grupo terá representantes do Governo Federal e da Aesbe.

Escolha das áreas para a construção das casas também é um dos problemas

Todas as companhias estaduais de saneamento têm trabalhado para garantir que os conjuntos habitacionais construídos no país contem com os serviços de água tratada e esgotamento sanitário. Todavia, em se tratando do programa “Minha Casa, Minha Vida”, uma das dificuldades encontradas pelas empresas estaduais de água e esgoto é a localização dos terrenos escolhidos para as obras. Algumas vezes, esses terrenos ficam fora da área de abrangência dos projetos de expansão de redes das companhias. Por esse motivo, as empresas precisam investir muito mais na implantação dos sistemas de abastecimento e de coleta e tratamento de esgoto.

Em Mato Grosso do Sul, o empenho da empresa de saneamento (Sanesul) é para que os empreendimentos já tenham água e esgotamento sanitário, mesmo antes da inauguração. Um exemplo é a cidade de Coronel Sapucaia, onde estão sendo construídas 255 casas. O investimento da Sanesul para atender a esse empreendimento é de R\$ 407 mil, porque ele está fora da área de abrangência. “Se a situação fosse diferente, ou seja, se o empreendimento estivesse próximo de uma rede ou sistema, o investimento seria de R\$ 92 mil”, informou o presidente

da Sanesul, José Carlos Barbosa.

A situação não é diferente no estado da Bahia, onde há casos em que a rede de água mais próxima está localizada a mais de 10 km do residencial. “Os empreendimentos da primeira fase do programa ficam distantes, muitas vezes, longes de redes de distribuição de água e de coleta de esgoto. Esse é um programa muito importante para o país, por isso não se podem ter situações como essa que o impeçam de ser feito”, comentou o assessor técnico da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), Alberto Magalhães.

O presidente da Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan),

Neivaldo Bragato, também revelou que, em seu estado, a companhia também tem de fazer esforço para conseguir atender ao programa. Segundo ele, geralmente, o empreendimento está localizado em áreas distantes dos sistemas de água e esgoto existentes, em função do custo dos terrenos que, nessas regiões, são mais baratos.

Dimensionamento

Outra dificuldade enfrentada por todas as companhias estaduais é o fato de os empreendimentos não respeitarem o dimensionamento das redes já existentes. “Quando se faz um empreendimento ‘Minha Casa, Minha



Companhias dizem que, até agora, as áreas escolhidas estão distantes das redes de água e esgoto

“Minha Casa, Minha Vida”

Vida’, o número de unidades disponibilizadas é muito grande e as redes existentes ficam sub-dimensionadas para atender a tantas pessoas”, explicou o presidente da Cesan Neivaldo Bragato.

A Sanesul também enfrenta esse descompasso entre o que a empresa planeja investir, ao longo do ano, e o início das obras do programa. “Por exemplo, se em uma determinada cidade está previsto um crescimento vegetativo de 100 ligações, compramos o material para essa demanda em 12 meses. Mas, no meio do ano, surge um conjunto que, sozinho, representa outras 100 ligações, furando a previsão”, explicou José Carlos Barbosa.

Para ele, a Sanesul só tem conseguido superar esses problemas porque a companhia tem fôlego financeiro para suprir as demandas. “Isso seria impossível se estivéssemos com o caixa no vermelho, como era em 2006, por exemplo”, lembrou o presidente da Sanesul.

Já no Espírito Santo, a saída encontrada pela companhia foi atrair a parceria do governo estadual. “A solução encontrada até o momento foi envolver o governo do estado, que tem de aportar recursos para garantir a implantação da infraestrutura de água e esgoto, nos empreendimentos do ‘Minha Casa, Minha Vida’”.

Aliás, repartir obrigações foi a solução encontrada pela Embasa que, até agora, já construiu redes de água e esgoto suficientes para atender a cerca de 260 mil pessoas. Segundo o assessor técnico da Empresa Baiana de Águas e Saneamento, Alberto Magalhães, em novembro de 2009 foi assinando um convênio contendo as obrigações dos seguintes agentes:

Caixa Econômica Federal: asse-

gurar o atendimento em cada projeto apresentado pela iniciativa privada de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das unidades para famílias cadastradas pelo estado da Bahia, quando houver contrapartida física e social ou financeira e social por parte do Estado;

Assegurar o atendimento de 100% das unidades para a demanda indicada pelo estado da Bahia, quando houver alienação de terreno feita pelo estado ou entidade de sua administração indireta.

Governo do estado/Secretaria de Desenvolvimento Urbano: adotar medidas, em seu âmbito de atuação, que contribuam para a celeridade do licenciamento ambiental junto a órgãos e entidades competentes, bem como nas situações que envolvam concessionárias de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário;

Aportar recursos financeiros, bens ou serviços economicamente mensuráveis, necessários à realização das obras e serviços, referentes aos custos não incidentes no valor de investimento do empreendimento aprovado pela Caixa, sujeito à análise e posicionamento do estado em cada caso específico;

Indicar as famílias beneficiárias do Programa, cadastradas pelo estado da Bahia, a serem selecionadas pela Caixa, mediante critérios técnicos e objetivos, previamente definidos.

Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia: elaborar e implementar plano de geração de renda, educação sanitária e ambiental, quando for julgado necessário;

Elaborar, contratar e acompanhar a execução dos projetos.

Instituto do Meio Ambiente/Instituto de Gestão das Águas e Clima: priorizar atendimento para os empreendimentos enquadrados no “Minha Casa, Minha Vida”, na emissão de outorgas/licenças ambientais, sobre sua responsabilidade.

Embasa (Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A): implantar infraestrutura externa necessária à viabilização dos empreendimentos habitacionais voltados à faixa de renda de até 03 (três) salários mínimos, sujeita a estudo prévio de viabilidade técnica e critérios de razoabilidade e economicidade, incluindo os aspectos ambientais e de inserção urbanística, nos casos definidos pelo estado.

Desembolsos

A Embasa, até agora, já desembolsou R\$ 5,4 milhões para viabilizar os residenciais do “Minha Casa, Minha Vida” e ainda possui, contratados com a Caixa, outros R\$ 4,9 milhões. Se fosse executar todas as cartas de viabilidade emitidas, teria de desembolsar, pelo menos, R\$ 37 milhões.

A Sanesul, ao todo, está investindo cerca de R\$ 20 milhões para atender a diferentes programas habitacionais em andamento em Mato Grosso do Sul. Até agora, para atender apenas ao “Minha Casa, Minha Vida”, já investiu cerca de R\$ 3 milhões (com recursos próprios) para garantir o abastecimento de aproximadamente três mil casas.

Inês Magalhães fala das dificuldades do “Minha Casa, Minha Vida” e analisa o programa

RODRIGO NUNES/MCIDADES

O Governo Federal, por meio da Secretaria Nacional de Habitação, lançou recentemente a segunda edição do programa “Minha Casa, Minha Vida”. O objetivo é tentar reduzir o atual déficit habitacional brasileiro que está em impressionantes 5,6 milhões de unidades. A secretária Nacional de Habitação, Inês da Silva Magalhães, concedeu uma entrevista à revista Saneer, na qual foi possível avaliar a primeira fase do programa e apresentar as adequações da nova edição. Além disso, Inês Magalhães também disse que se os parceiros envolvidos não assumirem de vez suas obrigações, o Brasil pode não conseguir reduzir esse número assustador.



Inês da Silva Magalhães, secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades

Sanear: Quantos empreendimentos devem ser entregues, neste ano, pelo Governo Federal?

Inês: Nós temos uma previsão de entrega de 700 mil unidades, até o fim do ano.

Sanear: Onde estão as famílias atendidas?

Inês: Em todas as regiões do Brasil. E, é claro, que o Norte e o Nordeste têm prioridade para as famílias de menor renda.

Sanear: Quanto o Governo Federal já investiu nos empreendimentos entregues?

Inês: Até dezembro de 2010, foram contratados um milhão e cinco mil unidades com investimento de cerca de R\$53 bilhões.

Solução Definitiva para Impermeabilização

Elastômero de Poliuréia à Hot Spray

- SECAGEM ULTRA RÁPIDA
- ALONGAMENTO > 300%
- ALTA RESISTÊNCIA À ABRASÃO
- ÓTIMA RESISTÊNCIA A IMPACTO
- IMERSÃO EM VÁRIOS TIPOS DE PRODUTOS QUÍMICOS E ÁGUA (industrial, potável, clorada, salgada, etc).

Revestimento Monolítico de última geração para reservatórios, ETEs, ETAs, bacias de contenção secundária e primária, com ótima aderência sobre concreto e aço carbono.

EQUIPE ADEQUADA À NR-33 E NR-18

Único revestimento flexível realmente *solvent free* e *user friendly*. Ficou curioso? Entre em contato!

Atendemos todo o Brasil.

PolySpray

41 3082.1069 | 8829.6958

pummer@polyspray.com.br

www.polyspray.com.br



Inês acredita que o sucesso do programa só depende das atitudes responsáveis de cada um dos entes envolvidos

Sanear: E qual a previsão para a segunda etapa?

Inês: Estamos começando a contratar a segunda etapa do programa. Nossa meta, até 2014, é construir dois milhões de unidades, que devem demandar um investimento de cerca de R\$ 125 bilhões.

Desse total, 1,2 milhão de unidades são destinadas a famílias com renda de até R\$ 1,6 mil; 400 milhões de residências, para famílias que recebem até 3 mil e 100 reais; e, 200 mil casas para famílias que têm até R\$ 5 mil de renda.

Sanear: O que há de novo nesta segunda etapa?

Inês: Algumas coisas mudaram pra melhor: a área da acessibilidade aumentou, houve a incorporação de energia solar em todas as unidades térreas, haverá revestimento cerâmico em todos os cômodos (antes era só na cozinha e no banheiro), as esquadrias foram aumentadas para se obter mais luminosidade e ventilação.

Um ponto interessante é o fato de as mulheres que são chefes de família não precisarem mais comprovar a

regularidade civil para assinar o contrato. Esse era um dos maiores índices de rejeição, porque as pessoas acabam não regularizando a situação civil.

“A primeira coisa a ser feita é compatibilizar os planos de investimento das companhias com o planejamento dos municípios”

Sanear: As companhias de saneamento questionam o desalinhamento entre seus planos de investimento e os do governo. O que a senhora tem a dizer?

Inês: Nós não aprovamos empreendimentos que não tenham a análise de viabilidade da concessionária. O que é preciso acontecer, mas que, muitas vezes, não acontece, é que os planos

de investimento das companhias não foram devidamente pactuados com os municípios ou, ainda, os municípios não têm respeitado esse plano de investimento que, certamente, a concessionária deve ter pactuado com ele.

A primeira coisa a ser feita é compatibilizar os planos de investimento das companhias com o planejamento dos municípios. Se cada um cumprir o seu papel, o programa funciona perfeitamente.

Sanear: Existe a previsão de se criar uma linha de crédito para atender aos serviços de saneamento nos empreendimentos do “Minha Casa, Minha vida”?

Inês: A questão dos processos de financiamento para o saneamento já está na agenda da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Nós temos uma pauta com a Aesbe para ver o que pode ser aperfeiçoado.

Sanear: As companhias enfrentam problemas sérios na hora de obter licenças ambientais para estações de tratamento de esgoto. O que pode ser feito?

Inês: O Governo dos estados deve apoiar os projetos do Governo Federal. Nesse caso específico, acontece um problema dentro do próprio governo do estado. A questão ambiental é importante e nós precisamos ter cuidado para fazer os licenciamentos mesmo. Agora, sem dúvida, há um compromisso inclusive dos órgãos ambientais de se ter uma maior celeridade nos projetos de habitação social. É preciso que cada um assuma seu papel mesmo.

O grande sucesso pra todos nós será o momento em que nós conseguirmos dar um fluxo normal para os empreendimentos com cada um fazendo seu papel de ente federado que tem.

Congresso da Abes vai reunir cinco mil sanitaristas em Porto Alegre

O encontro colocará o setor de saneamento brasileiro em lugar estratégico no desenvolvimento de agendas conjuntas com os países do Cone Sul da América do Sul.



26°

Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental

Saneamento Ambiental: A Excelência da Gestão como caminho para a Universalização

Representantes das 25 companhias Estaduais de saneamento participarão do 26° Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, como painelistas, debatedores, congressistas e expositores. O evento que acontece em Porto Alegre-RS, nos dias 25 a 29 de setembro, está sendo realizado pela seção gaúcha da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes) que será a anfitriã.

A expectativa da comissão organizadora do congresso é de que Porto Alegre seja o ponto de encontro de mais de cinco mil profissionais da área de saneamento, ecologia e meio ambiente. Nesse encontro que inclui uma

Feira Internacional de Tecnologia, com exposição de equipamentos e produtos para o setor, os participantes pretendem avaliar os 50 anos de história do saneamento no Brasil e as perspectivas para os próximos 50 anos.

De acordo com a presidente da Abes-RS, engenheira Nanci Giugno, a partir desse congresso, o Rio Grande do Sul passará a ocupar um lugar de destaque no desenvolvimento de agendas conjuntas, no que tange ao saneamento, com os países do Cone Sul da América do Sul.

O 26° Congresso da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental reserva aos seus participantes uma série de novidades, tanto

do ponto de vista técnico, quanto institucional e, entre elas, está o segundo Campeonato dos Operadores, que pretende repetir o sucesso alcançado em sua primeira edição no 25° Congresso, realizado em 2009.

O Campeonato de Operadores é uma iniciativa da Abes que visa a promover a inclusão e uma maior participação dos operadores de nível técnico das empresas prestadoras de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário

do País, nas atividades da Associação e em seus congressos. O objetivo final é o aprimoramento técnico e a melhoria do desempenho operacional do setor.

O Campeonato foi planejado para que times de operadores de empresas de saneamento possam competir em provas específicas, mostrando sua destreza em segurança, em ligações domiciliares, em manutenção de bombas e em leitura de hidrômetros nas provas de:

- Instalação de kit's de segurança em cilindros de cloro de 50 e 900kg,
- Montagem de padrão e ligação de água,
- Eletromecânica e
- Leitura e entrega de contas.

Outras informações podem ser obtidas no site: <http://portal.abes-rs.org.br/>

Governo aposta no “Água para Todos” para promover inclusão social

O Governo Federal, baseado em experiência do Governo do Estado da Bahia, lançou um programa nacional que pretende ampliar o acesso à água no semiárido brasileiro.

O lançamento desse programa aconteceu em 25 de julho, na cidade alagoana de Arapiraca, e contou com a presidente Dilma Rousseff que, na ocasião, também lançava, no Nordeste, o “Programa Brasil sem Miséria”, que irá abrigar o “Água para Todos”.

Segundo o IBGE, o semiárido brasileiro representa 18% do território nacional e abrange 1.133 cidades que, juntas, possuem cerca de 18,5 milhões de habitantes, dos quais 8,6 milhões residem na zona rural. Devido a peculiaridades climáticas (poucas chuvas, altas temperaturas e condições geológicas), é escassa a disponibilidade de água naquela região. Água tratada, então, nem se fala.

De acordo com as metas do programa, até o fim deste ano, está prevista a instalação de 343 mil cisternas para o consumo humano e de 24,2 mil equipamentos hídricos para produção de alimentos (cisternas de produção, pequenas barragens, sistemas simplificados de irrigação). Até 2014, serão implantados 750 mil cisternas e seis mil sistemas simplificados de abastecimento direcionados ao consumo humano, garantindo o acesso à água potável para considerável parcela da população ainda excluída do acesso a esse recurso básico.

Com relação à produção, a meta prevê a construção de três mil barragens de acumulação de água pluvial, 150 mil cisternas de produção e 20



SHUTTERSTOCK

O programa irá transformar a realidade das áreas rurais do Brasil, pois levará água tratada aos seus habitantes

mil pequenos sistemas de irrigação. Os novos equipamentos permitirão a ampliação da capacidade produtiva de

No Brasil, 1.133 cidades compõem a grande região do semiárido que, por sua vez, é formada pelas extensões de terra dos estados Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Sua densidade demográfica de 20 hab/km² não parece alta quando comparada com a média nordestina que é de 28 hab/km². Contudo, tomando por base outras regiões semiáridas no mundo, apresenta-se como uma das mais elevadas.

pequenos agricultores, garantindo o desenvolvimento regional com sustentabilidade, uma vez que poderão comercializar o excedente produzido.

Como o “Água para Todos” faz parte do Plano Brasil sem Miséria, o programa vai priorizar a população que vive em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda per capita mensal de até R\$ 70,00. Conforme dados do IBGE, atualmente 16,2 milhões de brasileiros se enquadram nessa faixa de renda, sendo que mais da metade reside na região Nordeste.

A presidente Dilma Rousseff, durante o lançamento do programa, disse que “a água é algo que, no pas-

sado, utilizaram como instrumento de poder, como fonte de privilégio, que se distribuía quando se queria exercer o poder sobre as populações sem água, passando sede. Hoje, aqui, nós estamos assinando o compromisso do meu governo com a universalização da água, afirmando que a água é um direito de todos”.

Os estados e o Distrito Federal poderão participar do programa mediante celebração de termo de adesão. Além disso, conforme o Decreto nº 7535/11, “poderão ser celebrados, ainda, convênios, termos de cooperação, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos”.

Entre as diretrizes do programa estão o fomento à ampliação da utilização de tecnologias, infraestrutura e equipamentos de captação e armazenamento de águas pluviais e de água oriunda de corpos d’água, poços ou nascentes e otimização de seu uso. Além disso, o governo pretende articular as ações relacionadas à segurança alimentar e nutricional; infraestrutura hídrica e de abastecimento público de água; regulação do uso da água; saúde e meio ambiente.

De acordo com o secretário de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional, Sérgio Duarte de Castro, “o programa Água para Todos tem como meta garantir o amplo acesso à água para as populações rurais dispersas e em situação de extrema pobreza”.

Duarte de Castro destaca, ainda, que “a água de boa qualidade a ser viabilizada pelo Governo Federal e seus parceiros será destinada ao consumo humano, mas também à produção de alimentos e à criação de animais, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional das pessoas

O pacto pelo Brasil Sem Miséria, firmado com os nove governadores do Nordeste, é dividido em três eixos: geração de renda; inclusão produtiva rural e ampliação do acesso a serviços básicos como saúde, educação, registro civil e saneamento.

beneficiadas. Trata-se de um investimento governamental em saúde e bem-estar social, com possibilidade de geração de renda para a população rural por meio da comercialização dos excedentes produzidos”.

Segundo Tertuliano Costa, secretário de Administração da cidade de Brasileira, localizada no semiárido piauiense, a prefeitura já está em fase de tratativa com o governo do Piauí para que sua população rural esteja entre as beneficiadas. “Com água, que é saúde, não se pode brincar. Nosso município precisa disso. Água está em

primeiro plano e nós já estamos buscando formas de nos organizar para receber o programa”, reforçou.

Entrevista - A presidente Dilma Rousseff, em entrevista ao programa de rádio “Café com a Presidenta”, do dia 1º de agosto, chegou a comparar o “Água para Todos” ao “Luz para Todos”. Confira, na íntegra, o que disse a presidente:

“Nós acabamos de lançar uma das ações prioritárias do Plano Brasil sem Miséria, que é o programa “Água para Todos”. É um programa muito importante, sobretudo para o Nordeste, e esperamos obter o mesmo sucesso que tivemos com o “Luz para Todos”, que mudou a vida de tanta gente ao fornecer energia elétrica a 2,8 milhões de moradias em todo o país. Essas pessoas saíram da época do candeeiro e passaram à modernidade, com a luz elétrica. O “Água para Todos” vai levar,



Sérgio Duarte de Castro - Secretário de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional e Coordenador do Comitê Gestor do programa Água para Todos.

“Água para todos”

também, água para todo mundo no semiárido nordestino, beneficiando 750 mil famílias que vivem em áreas rurais do semiárido. Vamos fazer isso, com a construção de milhares de cisternas, barragens, barraginhas e sistemas simplificados de irrigação. O “Água para Todos” é uma ação fundamental para que essas famílias extremamente pobres possam produzir mais e sair da miséria. Com ele, vamos garantir a todos os sertanejos o direito tão elementar e tão necessário à vida e ao desenvolvimento, que é a água.”

O “Água para Todos” nasceu na Bahia - Mais de 2,3 milhões de pessoas, nas zonas rural e urbana, foram atendidas pelo programa “Água para Todos” do Governo do Estado da Bahia, entre 2007 e 2010. A vida dessas pessoas mudou com o acesso à água potável. Foram construídas mais de 51,6 mil cisternas; cerca de 2,5 mil poços, instalados; e 2,4 mil sistemas simplificados de abastecimento de água entregues aos baianos. E foi esse resultado que chamou a atenção do Governo Federal, que decidiu lançar um programa nacional com o mesmo nome e diretrizes.

O Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água, o “Água para Todos” entrou em vigor no dia 27 de julho, por meio de decreto publicado no Diário Oficial da União. Será coordenado pelo Ministério da Integração Nacional. De acordo com o decreto, o programa contará com um comitê gestor composto por representantes dos ministérios: Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Cidades, Meio Ambiente e Saúde. O objetivo é garantir o amplo acesso à água potável em áreas rurais para consumo humano e para a produção agrícola e alimentar.

Uma das grandes parceiras do programa baiano é a Empresa Baiana de Água e Saneamento SA (Embasa), que tem trabalhando para atender às cidades e localidades rurais próximas aos centros urbanos, priorizando o semiárido e a periferia das grandes e médias cidades. O fruto dessa parceria é o número expressivo de baianos que passaram a ter água tratada e canalizada: 1,8 milhão de pessoas no período. Com esgotamento sanitário, a Embasa ainda conseguiu atender a cerca de

800 mil baianos.

Segundo o presidente da Embasa, Abelardo de Oliveira Filho, o programa foi uma promessa de campanha feita pelo atual governador da Bahia, Jacques Wagner, e que deu muito certo. “Ele foi influenciado pelo fato de apenas 25,5% da população da zona rural baiana ter

acesso a água canalizada e de a Bahia ter a maior população rural do país”, lembra Abelardo.

A Embasa tornou-se a principal executora das ações do programa, que priorizou o acesso à água para consumo humano, principalmente no semiárido. Foi criado um comitê gestor envolvendo várias secretarias e órgãos para articular políticas já existentes e integrá-las a novas ações e investimentos. “Onde a concentração populacional permita ampliar a rede de abastecimento, o serviço foi priorizado; em regiões onde as casas ficavam distantes umas das outras, os sistemas simplificados foram escolhidos, com cisternas e poços”, destaca o presidente da Embasa.

Um dos municípios baianos que é, sem dúvida, uma das testemunhas da eficácia do programa é Cafarnaum, a cerca de 430 km de Salvador. Segundo o secretário de Administração da cidade, Ademir Lima da Silva, o programa assegurou maior qualidade de vida para os munícipes. “Foi possível ver a melhora na saúde da população. Os casos de diarreia, por exemplo, diminuíram consideravelmente”, informou.

Em Cafarnaum, aproximadamente cinco mil pessoas foram beneficiadas com os poços artesanais construídos pela Companhia de Engenharia Ambiental da Bahia (Cerb). Além disso, para elevar o poder aquisitivo dessas famílias, a prefeitura decidiu não cobrar pelo serviço de tratamento e distribuição da água.

A Companhia de Engenharia Ambiental da Bahia (Cerb) tem um papel importante como coordenadora executiva do comitê gestor, que é responsável pelo monitoramento, avaliação e difusão dos resultados do programa, tendo em vista que as ações são executadas por diversos órgãos do Estado da Bahia.



Cerca de 8,6 milhões de brasileiros vivem em zonas rurais e, agora, poderão ter água tratada

A evolução dos indicadores das companhias estaduais de saneamento básico na década: 1999 a 2009

João Marcos Paes de Almeida - Assessor Técnico da Aesbe

O Ministério das Cidades/SNSA publicou, no final do mês de agosto, a 15ª edição do Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos, referente ao ano de 2009, o SNIS/2009. Foram coletados dados em 4.891 municípios para abastecimento de água e em 2.409 municípios para esgotamento sanitário, que correspondem a 97,20% e 81,50%, respectivamente, da população urbana do país. Destes, cerca de quatro mil municípios são operados pelas companhias estaduais de saneamento.

De acordo com o documento, entre 2008 e 2009, ocorreu um significativo crescimento nos indicadores de água e de esgotos sanitários. Em relação à água, o crescimento foi de 1,6 milhões de ligações, 16,6 mil km de redes e aumento de 215 milhões de metros cúbicos de água. No atendimento ao esgotamento sanitário, houve acréscimo de 1,1 milhão de ligações e 16,5 mil quilômetros a mais de redes. O volume de esgoto tratado também cresceu, atingindo 237 milhões de metros cúbicos. São números expressivos e sinalizam que os investimentos foram fundamentais para a universalização dos serviços e à redução da poluição ao meio ambiente.

Os investimentos também tiveram um elevado acréscimo ao totalizar, em 2009, R\$ 7,8 bilhões. Esse número é superior em cerca de 30% do montante do ano anterior, graças ao Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, e

aos recursos aplicados pelos operadores, estados e municípios.

O documento também apresenta números de geração de emprego e renda no país, além de mostrar uma evolução da eficiência geral do setor. Considerando que a atividade de prestação de serviços de água e esgotos gera também empregos na indústria de materiais e equipamentos, na execução de obras, na prestação de outros serviços de engenharia e nas áreas de projetos e consultoria, a quantidade de trabalhadores envolvidos no setor é de 607,5 mil empregados.

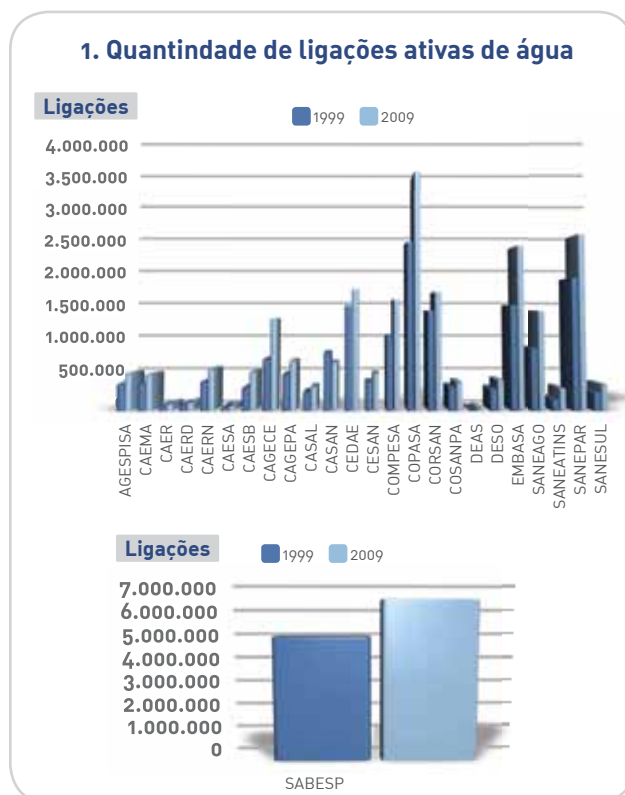
Como sempre faz após a divulgação do SNIS, a Aesbe apresenta um resumo dos indicadores do setor, com ênfase no desempenho das Companhias Estaduais no período. Além dos números apresentados, deve ser destacada a melhoria de desempenho e o aumento de eficiência da gestão dessas empresas. (Colaborou Joaquim Souza)

1 - Quantidade de ligações ativas de água

As ligações de água representam as conexões realizadas entre residências e outros ti-

pos de estabelecimentos às redes de distribuição de água das empresas prestadoras do serviço. Entre 1999 e 2009, as companhias estaduais do setor conseguiram aumentar o quantitativo dessas ligações em 36%. Com isso, as ligações passaram de 20,6 milhões para 28,1 milhões em dez anos. Esse incremento permitiu a essas empresas crescer quase 30 milhões de pessoas aos sistemas responsáveis pelo atendimento à população com água potável.

O gráfico abaixo mostra o quantitativo de ligações efetivamente conectadas à rede pública e em funcionamento.



2-Quantidade de ligações ativas de esgoto

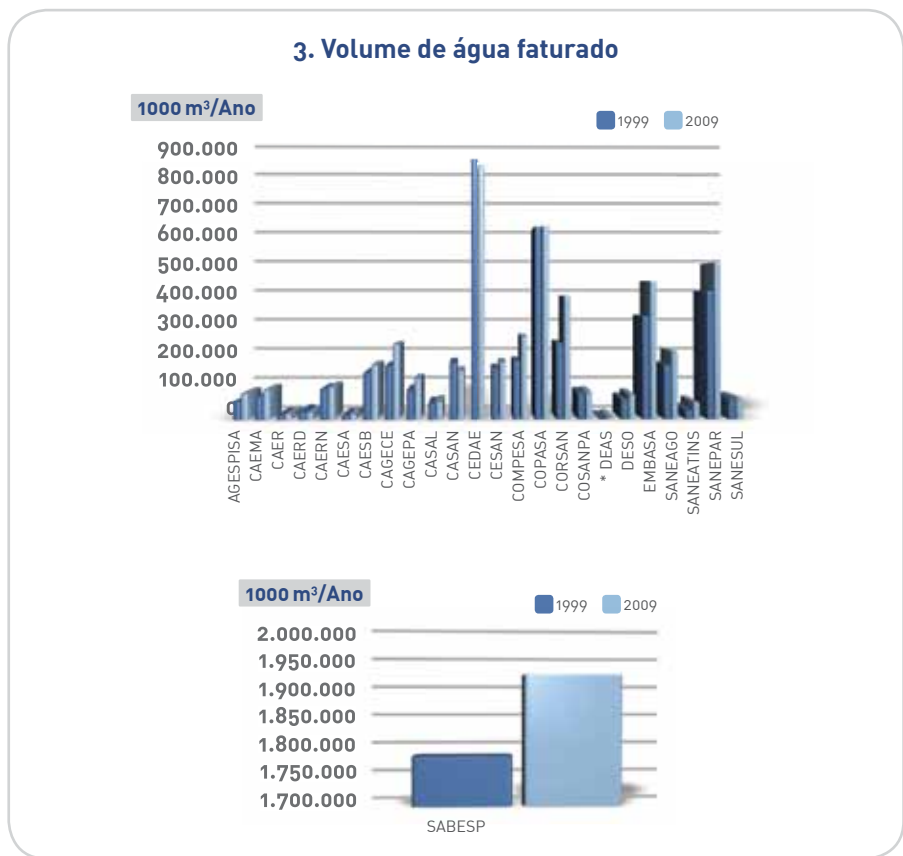
Assim como acontece nos sistemas de água, as ligações de esgoto também representam as conexões realizadas entre residências e outros tipos de estabelecimentos às redes de coleta de esgoto das empresas prestadoras do serviço. No período em análise, houve um crescimento de 60% dessas ligações, passando de 7,4 milhões para 11,9 milhões. Esse incremento permitiu as empresas estaduais de saneamento crescerem quase 18 milhões de pessoas com atendimento em esgotamento sanitário.

Em termos proporcionais, a expansão do atendimento com serviços de esgotamento sanitário foi ainda mais expressiva que a expansão dos serviços de abastecimento de água, no mesmo período.

O gráfico abaixo mostra o quantitativo de ligações de esgotos efetivamente conectadas à rede pública.

3 - Volume de água faturado

Esse indicador representa o volume de água anual faturado para o total de unidades abastecidas pelos sistemas de água das companhias. Entre 1999 a 2009, essas empresas conseguiram ampliar esse volume em 14%. O volume

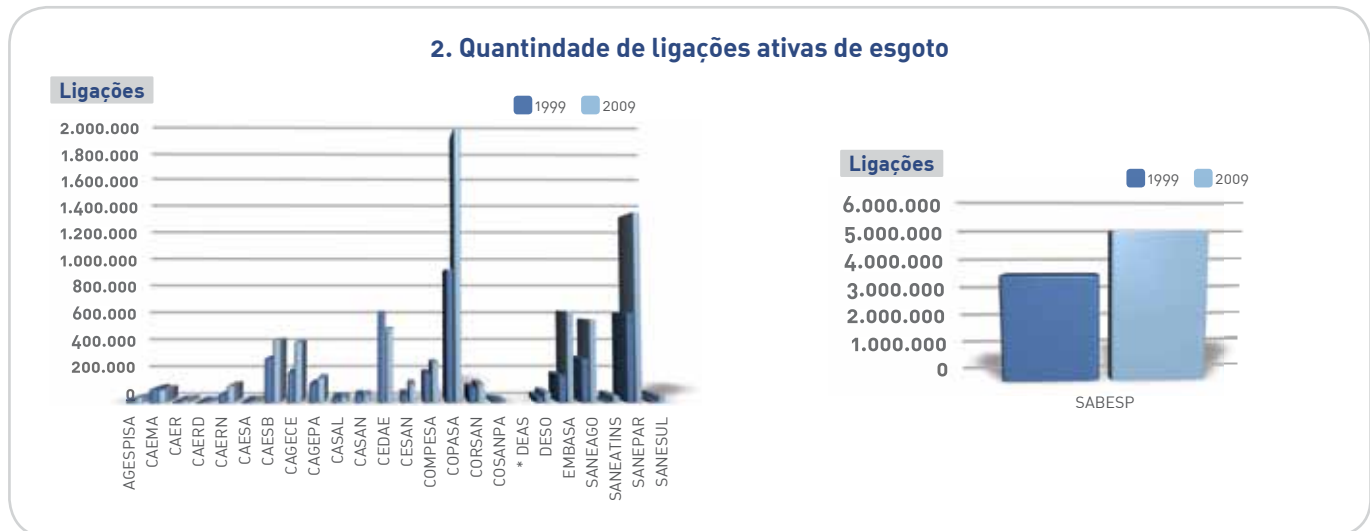


de água faturado por essas empresas passou de 5,8 bilhões de m³ em 1999 para 6,6 bilhões de m³ em 2009. Ao comparar esse incremento de volume ao número de ligações ativas de água, podemos observar que este se apresenta proporcionalmente inferior ao crescimento do número de ligações

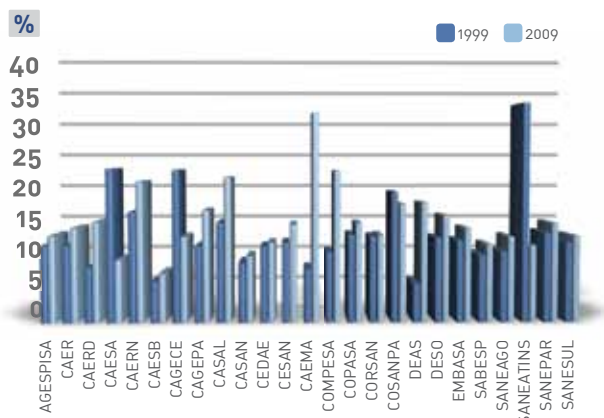
ativas de água no período. Essa situação demonstrou uma tendência de redução do consumo médio diário da população.

4 - Participação da despesa com energia elétrica nas despesas de exploração

Os gastos com energia elétrica representaram em 2009 o terceiro maior



4. Participação da Desp. com Energia Elétrica nas Desp. de exploração



componente das despesas de exploração das Companhias Estaduais de Saneamento Básico, ficando atrás apenas das despesas com pessoal próprio e com terceiros. Nas empresas de Alagoas (Casal), Pernambuco (Compesa) e do Rio Grande do Norte (Caern) esses gastos atingiram o percentual superior a 20% e na do Maranhão (Caema) foi superior a 30%.

O gráfico abaixo apresenta a participação das despesas com energia elétrica nos serviços de água e esgoto, em relação ao total das despesas de exploração.

5 - Índice de evasão de receitas

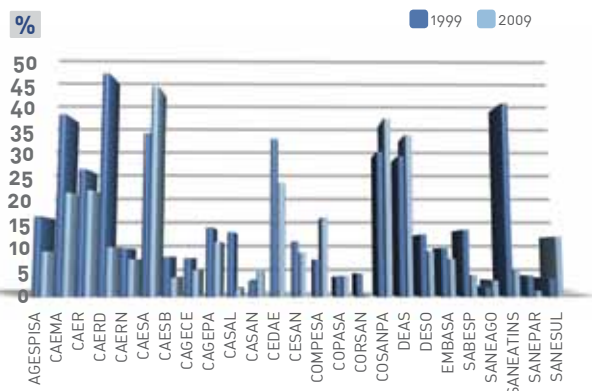
Esse indicador representa a diferença entre o valor efetivamente arrecadado pelas Companhias Estaduais do setor em relação ao valor faturado, anualmente, decorrente da prestação dos serviços de água e esgoto.

O quadro mostra a diminuição percentual desse indicador na maioria das empresas, retratando a melhoria de eficiência comercial das Companhias, com a conseqüente redução da inadimplência.

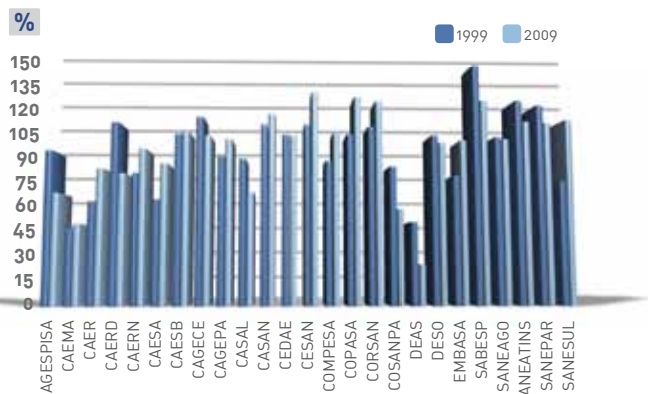
6 - Indicador de desempenho financeiro

Esse indicador mostra a relação entre o valor faturado na prestação dos serviços e as despesas totais realizadas no exercício. No final de 2009, mais da metade das empresas estaduais apresen-

5. Índice de evasão de receitas



6. Indicador de desempenho financeiro



taram melhor desempenho financeiro, comparativamente aos valores de 1999.

7 - Índice de tratamento de esgoto

Esse dado indica o volume de esgoto que é tratado em relação ao volume de esgoto que é coletado, nos municípios operados pelas Companhias Estaduais de Saneamento Básico. Esse indicador teve um expressivo aumento de 37,6% entre 1999 e 2009, estando atualmente em 81%.

O volume de esgoto tratado passou de 1.271,8 milhões de m³/

ano em 1999 para 2,1 bilhões de m³/ano em 2009. Isso reflete diretamente na redução da carga poluidora lançada nos cursos d'água e na melhoria das condições ambientais dos municípios atendidos com esgotamento sanitário. O destaque dessas informações fica a cargo das oito companhias que já conseguiram atingir 100% de tratamento dos esgotos coletados.

Em 1999 a Embasa não tinha controle sobre os volumes coletados de outras fontes, que não nos imóveis (captações de tempo seco em Salvador) e, dessa forma, não foram considerados no total do Volume Coletado. Entretanto, esses volumes foram enviados para o Emissário Submarino e, portanto, foram computados no total do Volume Tratado, razão pela qual esse índice extrapola o normal.

8- Índice de atendimento urbano de água

O índice de atendimento urbano de água indica a relação entre a população urbana que é atendida com abastecimento de água e a população urbana total dos municípios atendidos pelas Companhias Estaduais de Saneamento Básico.

Cabe ressaltar na análise desse dado que algumas companhias apresentaram redução no índice de atendimento, contrastando com o aumento do número de ligações ativas e da população atendida, no mesmo período. Tal fato é explicado pela alteração na metodologia de cálculo da população atendida por essas empresas, àquela época, que consideravam no seu cálculo também as ligações inativas de água.

Em 2009 algumas companhias extrapolaram os 100% de atendimento, o que nos leva a concluir que a população estimada pelo IBGE para aquele ano foi inferior à real.

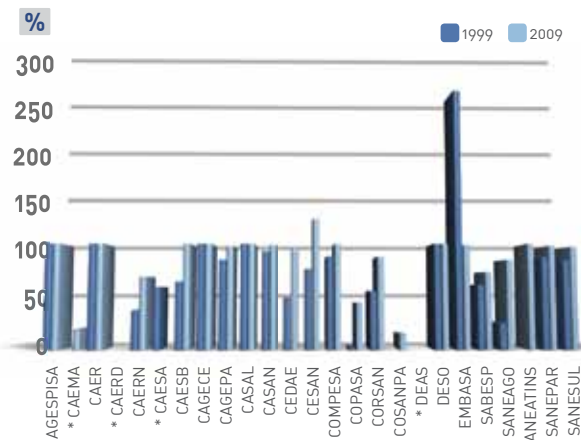
Em números absolutos, a população abastecida com água canalizada, pelo conjunto das empresas, aumentou de 93 milhões, em 1999, para 109 milhões de habitantes no final de 2009.

9- Índice de atendimento urbano de esgoto

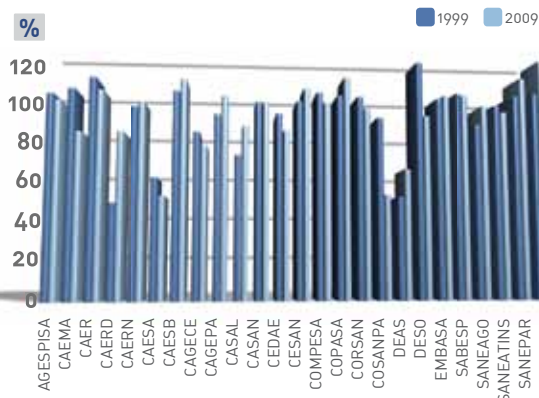
Esse índice relaciona a população servida por redes coletoras de esgoto com a população urbana total dos municípios atendidos pelas Companhias Estaduais de Saneamento Básico. Esse indicador é o mais adequado para medição dos níveis de atendimento de esgoto, por considerar somente os municípios em que as empresas têm a correspondente concessão dos serviços.

Nos 10 anos aqui comparados, o índice médio teve acréscimo de 54% em 1999 para quase 60% em 2009. Em termos populacionais houve, no período em análise, um incremento de 37 milhões para 51 milhões de pessoas servidas por redes coletoras de esgoto, beneficiando, assim, quase 14 milhões de pessoas.

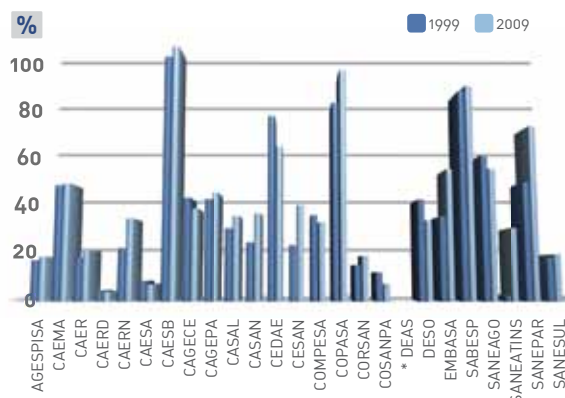
7. Índice de tratamento de esgoto



8. Índice de atendimento urbano de água



9. Índice de atendimento urbano de esgoto



CAER democratiza distribuição de água com novos CRDs

Assessoria de Imprensa da Caer

Pode-se dizer que o ambicioso projeto de saneamento por que passa a cidade de Boa Vista (RR) tem como coração os Centros de Reservação e Distribuição (CRDs). Como parte da implantação do novo sistema de abastecimento de água, a Companhia de Águas e Esgotos de Roraima (CAER) construiu quatro novos reservatórios, reformou todos os outros oito e mais um ainda deve ser construído. O projeto tem como meta principal atender toda a demanda de consumo de água tratada da capital até 2027.

As obras foram divididas em três fases: a primeira, iniciada em setembro de 2007, quando novas adutoras e redes de distribuição começaram a ser implantadas por toda a cidade. No entanto, para atingir a meta, foi necessária a construção de uma nova estação de tratamento de água, cuja capacidade é três vezes maior que as em operação há quatro anos.

De pouco adiantariam novas tubulações e uma mega capacidade de



DIVULGAÇÃO/CAER

O sistema de abastecimento de Boa Vista-RR está sendo ampliado

captação e tratamento, se um antigo problema não fosse solucionado. Os locais chamados de pontas de rede sofriram com o abastecimento irregular. Para isso, o projeto setorizou a capital e distribuiu os CRDs em nove zonas.

Além disso, todo o funcionamento e gerenciamento desses centros são controlados digitalmente, por meio

do Centro de Controle Operacional (CCO), que fica na sede da empresa. “Pelos monitores somos capazes de saber de forma rápida qualquer irregularidade no abastecimento, o que torna a solução do problema mais eficiente”, explicou Sebastião

Sena, presidente da companhia, que define a estratégia de zoneamento fundamental para o abastecimento de qualidade, sem desperdício. “Cada CRD produz e distribui de acordo com a demanda de cada zona”. O fim da terceira etapa das obras está previsto para maio de 2012.

Dentro dos CRDs, além dos reservatórios, existem os poços artesianos. A captação de água subterrânea é feita por 37 poços, o que incrementa a capacidade total de produção em 700 l/seg. O maior dos CRDs fica no bairro Pintolândia (zona 01), com seis poços e três reservatórios apoiados com capacidade total de armazenamento em torno de 5.700 m³.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estima-se que em 2027 a população atendida pelo CRD da zona 01 seja superior a 95 mil habitantes.



Construção de CRDs é uma das estratégias adotadas pela Caer

Caesb apresenta menor índice de perdas de água do setor

Assessoria de Imprensa da Caesb

No âmbito das companhias de saneamento estaduais, a Caesb registra atualmente o menor índice de perdas de água do país. Quando se trata de uma companhia que opera um sistema de abastecimento complexo, que atende múltiplas localidades e opera diversos sistemas produtores de água, essa condição acaba gerando a necessidade de implantar estratégias de gestão para o processo.

No caso da Caesb não é diferente, uma vez que, ao se analisar o comportamento do Índice de Perdas de Água dos últimos 15 anos, observa-se que, inicialmente, a empresa apresentava valores superiores a 35%. Após a implantação de ações estruturantes e outras de alcance imediato, conseguiu reduzi-lo a valores inferiores a benchmarks internacionais (abaixo de 20%), em meados de 1998.

Posteriormente houve o crescimento acelerado do sistema de abastecimento de água do Distrito Federal, acompanhando a expansão urbana da região. Nos últimos 10 anos, o número de ligações de água aumentou de 335 mil para 560 mil e ocorreu a incorporação de um grande número de sistemas de abastecimento de condomínios horizontais anteriormente irregulares, absorvidos em condições bastante desfavoráveis do ponto de vista técnico e construtivo. Dessa forma, houve uma elevação das perdas de água ao longo desse período de expansão, atingindo em 2008 o valor de 31%.

As ações de controle de perdas em uma empresa de saneamento



DIVULGAÇÃO

O acompanhamento da evolução das perdas de água, permitiu que a Caesb pudesse implementar um programa eficiente para combatê-las

permeiam as atividades de diversos departamentos e, portanto, representam a interação de um grande número de processos e atividades que, por sua vez, exigem sistematização de dados e procedimentos. Conhecedora do problema, a Caesb criou a Coordenadoria do Grupo Especial para Implantação do Sistema Integrado de Melhoria da Eficiência Comercial e da Infraestrutura de Abastecimento, responsável por um trabalho multidisciplinar para o combate às perdas de água, com a participação de técnicos das áreas de projeto, obras, operação, comercialização e manutenção. Segundo o coordenador desse Grupo Especial, Elton Gonçalves, o Programa foi desenvolvido em duas linhas de atuação: 1) reduzir perdas reais a partir da recuperação de reservatórios, pes-

quisa de vazamentos não visíveis em conjunto com a setorização de redes e adequação de pressões; 2) reduzir perdas aparentes, por meio da substituição de hidrômetros e pesquisa de ligações irregulares.

Com base na estruturação de um programa corporativo, com o envolvimento de diversas áreas da empresa, segundo o Coordenador do Grupo Especial, a Caesb conseguiu de 2009 a 2010 uma redução de suas perdas de água de 408 para 290 litros/ligação-dia, o que, em termos percentuais, representou uma redução de 31% para 24%. Os resultados bem sucedidos nesse biênio levaram a companhia a estabelecer suas metas de médio e longo prazo baseadas em uma metodologia mais robusta, aliando os conceitos desenvolvidos pela IWA

(International Water Association) com a priorização de investimentos baseados na sustentabilidade econômica dos projetos.

Além da significativa melhoria dos indicadores, Gonçalves explica que se tem conseguido transformar a cultura interna e utilizar de forma eficiente os recursos da empresa. É possível ter claro quais serão os próximos passos, quais os gastos necessários e quais as metas viáveis a serem alcançadas, pois na medida em que os índices melhoram, o nível de dificuldade aumenta para manter essa tendência decrescente. Isso tem como desdobramento um programa de metas anuais de redução de perdas, lastreadas por ações específicas para controle de perdas reais e aparentes, que alimentam o programa corporativo de investimentos, cujos recursos vêm sendo negociados com instituições como o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).

O sucesso do Programa da Caesb levou técnicos da Secretaria Nacional de Saneamento - SNSA - a conhecer as experiências que a Caesb adquiriu nessa área para subsidiar no desenvolvimento, no segundo semestre deste ano, de um programa de investimentos para redução e controle de perdas de água, no âmbito do PAC 2. Esse programa segue os moldes da experiência obtida com o COM + ÁGUA, quando se realizou um projeto piloto para redução de perdas com a participação de 10 municípios no período de 2007 a 2008.

Como principal resultado da primeira etapa do Programa, destacou o Diretor de Operação e Manutenção da Caesb, Acylino dos Santos Neto, houve aumento no volume de água consumido pela população, da ordem de 7 milhões de m³ ao ano, apesar do volume

de água produzido ter ficado praticamente estável. Isso representou um aumento de faturamento de cerca de R\$ 80 milhões em 2010.

“O principal reflexo para a população é que a redução de perdas garante o abastecimento contínuo mesmo nos períodos de estiagem, onde há aumento de consumo”, enfatiza Acylino Santos.

Caesb: estrutura equivalente a grandes estados

A Caesb é uma empresa pública de saneamento básico que desenvolve suas atividades no Distrito Federal, atualmente com cerca de 2,6 milhões de habitantes e 30 localidades similares às cidades dos estados. A companhia atende a 99% da população com abastecimento de água e a 93% com coleta de esgotos sanitários. Em 2005, a CAESB atingiu o índice de 100% de tratamento para os esgotos coletados no DF. Para desenvolver suas atividades, conta com uma força de trabalho de aproximadamente 2.300 empregados próprios.

Para o abastecimento de água, a Caesb dispõe de cinco sistemas produtores, dez estações de tratamento de água, 56 unidades de tratamento simplificado ou de cloração de poços, aproximadamente 8.600 km de redes de adução e distribuição, 550 mil ligações e 800 mil economias ativas. O sistema de esgotamento sanitário conta com 5.300 km de redes e 17 estações de tratamento.

Esses indicadores demonstram o padrão de prestação de serviços da companhia e o porte dos sistemas operados. Assim, pode-se constatar que, apesar da área geográfica relativamente pequena (5.800 km²), o DF conta com uma infraestrutura de saneamento equivalente à de muitos estados brasileiros de maior dimensão.

Borrastick

1233

Produto especialmente desenvolvido para Estações de Tratamento de Água e Esgoto.

É um revestimento líquido à base de elastômeros sintéticos de alta elasticidade, isento de alcatrão e excelente aderência, tanto em concreto como em metais.

Características Técnicas

- Mono componente
- Alongamento: 600%
- Cor: incolor ou colorido

Indicação e Resistência

- Água Potável
- Água Salgada
- Gás Sulfídrico (da decomposição do esgoto)
- Vinhaça ou Vinhoto (sub-produto da Indústria de Açúcar e Alcool)
- Ácidos Inorgânicos Concentrados e Diluídos
- Hidróxido de Sódio 50%
- Temperatura até 120°C



Rua Osório Duque Estrada, 130
Santo André - SP - CEP 09260-770
Fones: (11) 4478-6182 / 4476-7205
E-mail: comercialcorelparker@bol.com.br
www.americatintas.com.br

Casal: modelo na gestão do saneamento

Assessor de Imprensa da Casal

A Companhia de Saneamento de Alagoas (Casal) adotou novo modelo de gestão, reformulou sua estrutura organizacional e mudou suas práticas, conseguindo, nos últimos quatro anos, sair da condição de deficitária para uma posição de equilíbrio econômico-financeiro, tornando-se uma empresa premiada. Com essa nova visão e com muito trabalho, a companhia mostrou que é possível sair de um passivo acumulado de R\$ 700 milhões para um superávit de R\$ 15 milhões.

Em 2007, com o desenvolvimento do Programa de Revitalização da Área Comercial e com Programa Estratégico de Gestão, que vem sendo conduzido de forma bem sucedida com o envolvimento de gestores de vários níveis hierárquicos da empresa, foi dada a partida para as mudanças. Em 2008, acelerou-se o ritmo com uma profunda reforma na estrutura organizacional e com a implantação das unidades de negócio e de serviços. A partir de então, associando a mudança na gestão com a transformação cultural, a Casal implementou vários projetos na área de pessoal para que a empresa pudessem melhorar a qualidade dos serviços.

Nesse período, a empresa passou de um faturamento aproximado de R\$120 milhões para R\$ 180 milhões, resultado que, associado às diversas mudanças, possibilitou a construção de nova imagem e de novo posicionamento da empresa no cenário econômico do estado.

No final de 2009, com os primeiros indícios de resultados positivos, a Casal consegue regularizar todos os seus documentos fiscais, capacita-se para obter certidões de regularidade e volta a ter acesso a recursos federais.



DIVULGAÇÃO/CASAL

Álvaro Menezes (c) dá continuidade ao trabalho de Jessé Motta, que exhibe troféus do PNQS

Entre as ações transformadoras destaca-se a implementação de programas voltados para a recuperação financeira e apoiados por novo modelo de gestão com nova estrutura organizacional, otimização de processos, modernização tecnológica, gerenciamento de controle de perdas e, acima de tudo, renovação, desenvolvimento e capacitação do seu quadro de colaboradores.

A prova do reconhecimento de tudo isso foi a conquista de prêmios como o PNQS (Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento), concedido pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes) para, entre outras coisas, “estimular a busca e a aplicação de boas práticas de gestão pelas organizações envolvidas com o setor de saneamento ambiental no país” e “reconhecer aquelas organizações que se destacam pela utilização dessas práticas e que apresentam resultados superiores de desempenho”.

Além dessa premiação, a Casal foi agraciada com o Prêmio BNDES Pró-Universalização dos Serviços de Saneamento, pela celebração do contrato com a Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo), como solução inovadora para a viabilização de investimentos em saneamento, baseada no compartilhamento de risco da iniciativa. Em nível estadual, recebeu o Prêmio Sesi Qualidade no Trabalho (PSQT) por desenvolver boas práticas empresariais.

A satisfação de clientes, acionistas, colaboradores e parceiros está inserida na sua missão, que é promover a qualidade de vida da sociedade alagoana com ética e responsabilidade social, satisfazendo os clientes internos e externos por meio da prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário de excelência com sustentabilidade socioambiental e financeira.

Cesan concorre ao Prêmio Qualidade Espírito Santo 2011

Assessoria de Imprensa da Cesan

A Cesan vai concorrer este ano ao Prêmio Qualidade Espírito Santo (PQES) - Ciclo 2011 com a Coordenadoria de Planejamento Estratégico (P-CPE) Nível I – 250 pontos e as Gerências de Distribuição de Água (O-GDA) e Coleta e Tratamento de Esgoto (M-GCT) Nível II – 500 pontos. O prêmio será entregue no dia 29 de novembro.

Em 2010, as Gerências de Produção de Água (O-GPA), Distribuição de Água (O-GDA) e Coleta e Tratamento de Esgoto (M-GCT) da Cesan conquistaram o troféu bronze, na categoria até 250 pontos. A conquista foi um dos reflexos da implantação do Modelo de Excelência de Gestão (MEG), iniciado nas unidades em 2009.

O Prêmio Qualidade Espírito San-

to (PQES), lançado em 2004, é uma das ações do Programa para Incremento da Competitividade Sistêmica do Espírito Santo (Compete-ES), por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento (Sedes) em parceria com o Sebrae-ES e o Espírito Santo em Ação, que propicia um ambiente competitivo ao setor empresarial e materializa a busca contínua das empresas capixabas pela melhoria e aperfeiçoamento de sua gestão, seja ela pública ou privada.

Sob a forma de premiação, são reconhecidas as organizações que demonstrarem esforços efetivos direcionados ao bom desempenho do seu modelo de gestão, e cujas ações resultem em racionalidade do pro-



Equipe da Cesan, recebe os merecidos prêmios de qualidade

cesso produtivo, melhoria dos níveis de qualidade e produtividade dos produtos e serviços, maior satisfação dos clientes e dos funcionários e das demais partes interessadas.

EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIOS E CONTROLE DE PROCESSOS ON-LINE

<p>Colorímetros portáteis</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Cloro ● Fluor ● Cor  <p>Turbidímetro</p>  <p>A Analyser possui uma equipe especializada em aplicações, desenvolvimento de métodos, instalação e treinamento ao cliente. Efetuamos contratos de manutenção interna e externa para toda linha.</p>	<p>Série Star de Medidores Duplo Canal</p> <p>pH / Condutividade / Oxigênio Dissolvido / ORP / Temperatura Ion Seletivo</p> <p>"VÁRIAS OPÇÕES DE ESCOLHA"</p>  <ul style="list-style-type: none"> ● Bancada ● Portátil ● A prova d'água ● Com apenas um elemento ou vários (multiparâmetros) 	<p style="text-align: center;">Representante Autorizado Thermo Orion</p> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 45%;">  <p>Monitor de Fluoreto</p> </div> <div style="width: 45%;">  <p>Turbidímetro</p> </div> </div> <p>Equipamentos para processos on-line:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li style="width: 50%;">● Fluoreto <li style="width: 50%;">● Amônia <li style="width: 50%;">● Turbidez (Alto/Baixa) <li style="width: 50%;">● TOC <li style="width: 50%;">● OD Óptico <li style="width: 50%;">● Condutividade <li style="width: 50%;">● pH <li style="width: 50%;">● Entre Outros <li style="width: 50%;">● Cloro Livre (amperométricos com correção de pH)
--	--	--

ANALYSER COM. E IND. LTDA
 fone: (5511)2646-5666
 e-mail: vendas@analyser.com.br / www.analyser.com.br

ETE Móvel – Agilidade no tratamento de esgoto

Assessoria de Imprensa da Copasa

A poluição dos cursos d'água, causada pelo lançamento indiscriminado dos esgotos não tratados, implica, além dos aspectos estéticos, numa relativa limitação aos usos da água. Buscando minimizar a situação de poluições, em comunidades de pequeno porte, a Copasa desenvolveu uma Estação de Tratamento de Esgotos Móvel, capaz de ser deslocada rapidamente, sobre rodas, para tratar de imediato a carga poluidora lançada nos mananciais.

A concepção da ETE Móvel foi idealizada e fiscalizada durante as fases de projeto, construção e pré-operação por técnicos da Copasa, em parceria com a ALE- Engenharia e a Randon. Todo o conjunto de estação já está em processo de obtenção de patente pela empresa, junto ao INPI, sob o número MU-8803202-7, atendendo à terminologia de "Disposição Introduzida em Estação Móvel para Tratamento de Esgoto", com pedido de obtenção de Licença de Operação Especial junto aos órgãos ambientais.

A unidade móvel de tratamento consiste basicamente na facilidade e rapidez de locomoção para tratar os esgotos em nível primário de uma população de até 4 mil habitantes. Com vazão média de 3,47 l/s, a estação utiliza um conjunto de carretas, acopladas a cavalo mecânico, que garantem o transporte da ETE até



DIVULGAÇÃO/COPASA



Unidade móvel é a mais nova estratégia da companhia mineira

seu local de operação.

Uma vez estacionadas, as carretas são desacopladas do cavalo mecânico, permanecendo no local pelo período necessário da operação. A primeira carreta consta de sistema elevatório movido a diesel e energia elétrica, tratamento preliminar seguido de reator anaeróbio de fluxo ascendente e laboratório de controle operacional. A segunda carreta é composta de dois leitos de secagem destinados à desidratação do lodo gerado no processo.

A ETE Móvel ainda permite a instalação, na área disponibilizada, de queimador de biogás gerado no processo.

Mesmo em locais não providos de energia elétrica será possível operar a Estação de Tratamento de Esgoto Móvel, uma vez que as bombas de esgoto bruto instaladas na ETE poderão ser acionadas, diretamente através de gerador a diesel, instalado na carreta que transporta as unidades de tratamento.

A Copasa já colocou em operação, desde outubro de 2010, dois conjuntos instalados na ETE Jardim Canadá, que se encontra em obras para adequação e ampliação do sistema. Outro conjunto está previsto para ser instalado no município de Santana da Vargem.

Sabesp e governo japonês assinam acordo para financiar Programa de Redução de Perdas de Água

Assessoria de Imprensa da Sabesp

O Japão assinou um acordo para financiar cerca de R\$ 650 milhões do Programa de Redução de Perdas de Água da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). Agora, a Companhia e o governo japonês começam a negociar os termos do contrato, que deve estar assinado até o fim de outubro deste ano.

O empréstimo de cerca de R\$ 650 milhões terá juro de 1,7% ao ano, com sete anos de carência e prazo de quitação de 25 anos. O acordo é importante

porque confirma o interesse do Japão em incentivar o programa, mesmo após o tsunami e o terremoto no país.

A assinatura foi feita entre os ministros das Relações Exteriores dos dois países, Antonio Patriota e Takeaki Matsumoto. Com a medida, o Japão confirma seu aval ao empréstimo de 33,5 bilhões de ienes (R\$ 650 milhões no câmbio atual) para o Programa Corporativo de Redução de Perdas de Água da Sabesp, criado em 2009. O projeto visa baixar, até 2019, a perda

na rede de abastecimento de 26% para 13%. A média brasileira é de 37,4%, e a do Japão, referência mundial no assunto, é de 3%.

A verba do governo japonês será repassada pela Jica, agência de fomento daquele país. Representa uma parte do investimento total no programa, que será de R\$ 4,3 bilhões até 2019. Desse total, são R\$ 2,7 bilhões para a Região Metropolitana de São Paulo e R\$ 1,6 bilhão para o interior e o litoral do Estado.

www.veoliawaterst.com.br

Cuidar da água do nosso planeta,
sempre foi a nossa onda.

Veolia Water Solutions & Technologies (VWS)
é a divisão da Veolia Water que se dedica a construção de sistemas de tratamento de água e efluentes líquidos para municípios e indústrias.



ETE mais moderna do RN opera com sofisticado sistema de raios ultravioleta

Assessoria de Imprensa da Caern

Descartar a utilização de produtos químicos como única alternativa de desinfecção e utilizar sofisticado sistema de tratamento de efluentes com uso de raios ultravioleta são uma realidade na Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) do Baldo, maior obra de saneamento básico da história do Rio Grande do Norte. A unidade está em operação desde o dia 3 de junho e possui capacidade para tratar 450 litros por segundo, dos esgotos produzidos em 21 bairros de Natal, beneficiando uma população de 350 mil habitantes. “A Caern está duplicando a coleta e triplicando o tratamento de esgotos em Natal, ampliando de 33% para 60% a área saneada da cidade até o final deste ano, além de despoluirmos um dos rios mais importantes do estado, o Potengi”, destaca Walter Gasi, presidente da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (Caern).

“Estamos utilizando tecnologia de ponta inédita no Nordeste. O governo do estado investiu cerca de R\$ 84 milhões nesta obra, sendo mais de R\$ 30 milhões somente em equipamentos que terão capacidade para permitir o tratamento terciário dos efluentes recebidos pela estação”, adianta o presidente da Caern. O equipamento de tratamento que utiliza raios ultravioleta da ETE do Baldo, o único em operação no Nordeste, foi fabricado na Alemanha pela empresa WEDECO e custou R\$ 3 milhões.

A Estação é automatizada em quase sua totalidade, graças aos equipamentos desenvolvidos com alta tecnologia. Um deles é justamente o responsável

pela desinfecção por raios ultravioleta (UV), promovendo tratamento de alta eficiência, sem adição de produtos químicos. Esse sistema utiliza lâmpadas que emitem grande parte de sua radiação com onda germicida, dispendo ainda de controles da radiação e de limpeza automática das lâmpadas, evitando o contato humano com produtos químicos.

ULTRAVIOLETA - A desinfecção por meio da Luz UV é um processo ecológico e que traz economia para a Caern. É empregada quando a água limpa com baixo nível de microorganismos é necessária sem a adição de produtos químicos ou a produção de subprodutos. A Luz UV é uma faixa específica do espectro natural emitido pelo Sol. A maior parte dessa luz irradiada pela fonte solar é absorvida pelo ozônio na atmosfera terrestre. Passando pela atmosfera, ela atua como desinfetante natural, desativando os microorganismos expostos, como aqueles existentes na superfície de um lago.

A Luz UV elimina microorganismos em segundos, sem subprodutos e mudanças de odor ou gosto. As lâmpadas UV utilizadas na ETE do Baldo utilizam os mesmos princípios do sol e ativa, em segundos, uma reação fotoquímica no DNA (ácido desoxirribonucleico) dos microorganismos que, como resultado, são mortos ou perdem sua capacidade de multiplicação.

DIVULGAÇÃO/CAERN



Vista parcial da ETE do Baldo, em Natal-RN

ETE do Baldo - Até o final de junho, a ETE do Baldo vai receber cerca de 115 litros de esgotos por segundo, ou seja, aproximadamente 25% de sua capacidade total, “Para qualquer processo de tratamento similar à tecnologia adotada na ETE do Baldo é preciso que haja formação de biomassa, a criação de bactérias que irão digerir o efluente, e essas bactérias só começam a se formar pelo menos trinta dias depois de iniciada a coleta dos esgotos”, explica Walter Gasi. Para o processo de tratamento é necessária a estabilização da manta de lodo. São necessários seis meses para a estabilização dessa manta.

Os bairros de Natal que terão esgotos tratados na ETE do Baldo são Rocas, Santos Reis, Ribeira, Areia Preta, Praia do Meio, Mãe Luíza, Petrópolis, Tirol, Barro Vermelho, Cidade Alta, Lagoa Nova, Lagoa Seca, Candelária, Morro Branco, Nova Descoberta, Alecrim, parte das Quintas, Bairro Nordeste, Cidade da Esperança, Nazaré e Dix-Sept Rosado.

Embasa se destaca nacionalmente em 2011

Assessoria de Imprensa da Embasa

No ano em que Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) completa 40 anos, a concessionária vem conquistando uma série de prêmios que reconhecem a sua gestão eficiente na busca pela universalização dos ser-

viços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios onde atua na Bahia. Exemplo disso é que o trabalho da empresa foi mais uma vez reconhecido por uma



MANU DIAS
Governador Jacques Wagner, esteve presente à inauguração do emissário submarino da Embasa

das mais tradicionais publicações de negócios do país, a revista Istoé Dinheiro, que, este ano, classificou a Embasa como a terceira melhor do país em serviços públicos, na premiação As Melhores da Dinheiro 2011.

Em sua oitava edição, a publicação faz o levantamento das práticas gerenciais das 500 maiores empresas instaladas no Brasil, em 27 setores da economia. A colocação das empresas foi baseada em cinco critérios: Sustentabilidade Financeira, Recursos Humanos, Inovação e Qualidade, Responsabilidade Social e Ambiental e Governança Corporativa. O maior destaque da Embasa foi em Recursos Humanos, em que a empresa foi classificada em primeiro lugar, pelo segundo ano consecutivo. Iniciativas como a realização do maior concurso público da história da empresa, em 2010, para provimento de 2.271 vagas, além da implantação do Plano de Cargos, Salários e Carreira, visando a reter seus profissionais, foram algumas das ações desta política de gestão de pessoal já reconhecida nacionalmente. Até julho de 2011, já foram preenchidas 955 vagas abertas pelo concurso.

Também em agosto, a Embasa foi certificada com o Prêmio Destaque Empresarial Brasileiro em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Promovido pelo Instituto Ambiental Biosfera, o

Evoluímos junto ao Meio Ambiente



Equipamentos para tratamento de águas residuais e proteção do Meio Ambiente

ESTAÇÃO COMPACTA DE PRÉ-TRATAMENTO DE EFLUENTE MOD. ZTSP



- ▶ Na SPECO® somos especialistas no desenvolvimento e fabricação de equipamentos para o Meio Ambiente
- ▶ Serviço de Pré e Pós venda qualificado com assessoria e assistência técnica.
- ▶ Equipamentos com Qualidade a um preço competitivo.
- ▶ Peneiras Rotativas, Classificadores de Areia e Roscas sem Eixo



WAM Do Brasil Equipamentos Industriais Ltda.
São José dos Campos SP - tel: +55 / 12 / 3933 5000
comercial@wam.com.br - www.wam.com.br



MANUDIAS



O governador Jacques Wagner sempre acompanha o trabalho da Embasa. Na foto, ele prestigia a inauguração do emissário submarino da Embasa



Vista aérea de parte do emissário submarino da Embasa, uma das mais importantes obras da Bahia

reconhecimento é concedido, a cada dois anos, a empresas que conduzem os seus processos produtivos em consonância com as boas práticas ambientais e de sustentabilidade, com atuação pautada nos princípios da responsabilidade social. A cerimônia de premiação foi realizada no auditório da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), com a presença do presidente da Embasa, Abelardo de Oliveira Filho.

Transparência

A Embasa também está entre as 20 ganhadoras do Troféu Transparência 2011, na categoria empresa de capital fechado. O prêmio foi concedido pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecaf) e o Serasa Experian após quatro meses de avaliações criteriosas e mais de 700 tipos de balanços contábeis. A cerimônia de premiação ocorre no dia 22 de setembro, na capital paulista.

Em sua 15ª edição, é uma das premiações mais valorizadas pelo mercado de investidores e pelos executivos de finanças, administração e contabilidade do país. “Esta conquista é o reconhecimento pelos esforços empreendidos pela Embasa para se adaptar às novas exigências legais do Conselho Federal de Contabilidade e da legislação pertinente às demonstrações financeiras das empresas brasileiras”, afirmou o presidente da Embasa, Abelardo de Oliveira Filho. “Desde 2009, a Embasa vem adotando novo padrão contábil, preocupada em fornecer todas as informações necessárias, mesmo aquelas não exigidas para empresas de capital fechado, a fim de que a auditoria externa possa realizar da melhor maneira possível o seu trabalho”, enfatiza.

Em Siqueira Campos, 83% da população urbana terá esgoto coletado e tratado

Assessoria de Imprensa da Sanepar

DIVULGAÇÃO/SANEPAR



Estação de Tratamento de Esgoto em construção em Siqueira Campos

Leitos de secagem do lodo de esgoto da nova ETE de Siqueira Campos

A cidade de Siqueira Campos, no Norte Pioneiro, está recebendo investimentos de R\$ 4,7 milhões que vão garantir a coleta e tratamento de esgoto para 83% dos 13 mil habitantes da área urbana. Atualmente, 68% dos moradores contam com o serviço.

A previsão é que no início do próximo ano seja concluída a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), que irá tratar 100% do esgoto coletado. A ETE atual passará por adequações e será transformada em estação elevatória, com 635 metros de recalque até a ETE nova. Além disso, estão sendo execu-

tados 15,4 Km de rede coletora e 700 novas ligações.

Um dos benefícios desses investimentos é a melhoria da qualidade da água do Ribeirão da Fartura, que recebia esgoto sem tratamento. “Com os índices atuais já notamos melhoria na qualidade da água do Ribeirão da Fartura. As condições do rio vão melhorar ainda mais”, disse o prefeito Luiz Antonio Liechocki.

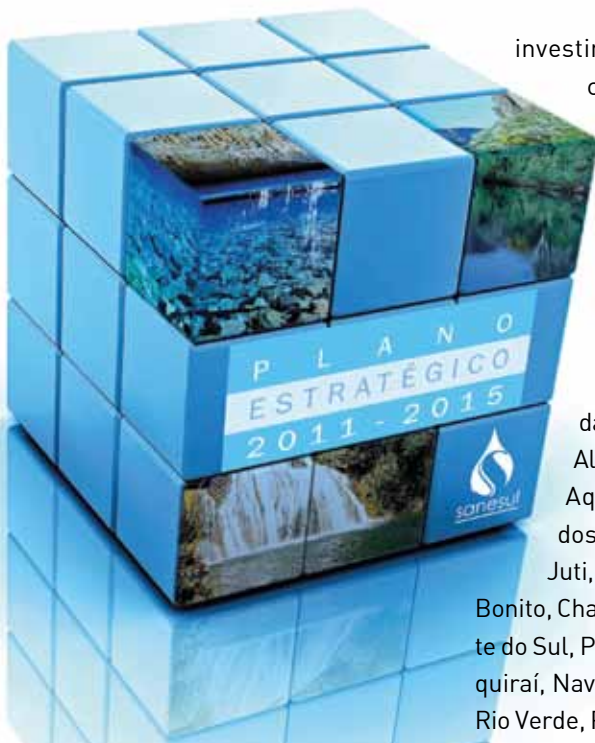
Além de reduzir a carga de poluição lançada no meio ambiente, a obra também beneficia os moradores do centro e de bairros mais carentes,

onde o esgoto corria a céu aberto. “O mais importante é a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos”, ressalta o prefeito. A desativação da atual estação de tratamento vai atender moradores dos Jardins Araucária e Vitória Régia, perto da estação.

Para o prefeito, o atendimento de 100% da população com água tratada e o crescimento para mais de 80% com esgotamento sanitário reforçam a importância da parceria entre a Prefeitura e a Sanepar. “É uma parceria que se estreita cada vez mais”, diz Luiz Antonio Liechocki.

Plano estratégico da Sanesul prevê investimentos de R\$ 1 bilhão até 2014

Assessoria de Imprensa da Sanesul



O Plano Estratégico da Sanesul, lançado em agosto pelo governador André Puccinelli e pelo presidente da estatal, José Carlos Barbosa, prevê investimentos na área do saneamento de cerca de R\$ 1 bilhão. Dentre as metas previstas para o quinquênio 2011-2015, estão a manutenção da universalização da rede de água em todas as localidades operadas pela Sanesul e elevação dos índices de cobertura da rede de esgoto para o patamar de 60% das populações atendidas, chegando próximo à totalização da coleta e tratamento nos quatro maiores municípios do interior.

O governador do estado e o presidente da Sanesul assinaram autorização para início de obras de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no valor de R\$ 29 milhões. Esses

investimentos serão destinados à construção de três estações de tratamento de esgoto, além da implantação de 217 km de redes de água e de esgoto, implantação de 11,6 mil ligações de água e perfuração e ativação de oito poços tubulares profundos.

As obras serão executadas em Nova Alvorada do Sul, Alcinópolis, Itaporã, Camapuã, Aquidauana, Jardim, Dourados, Mundo Novo, Bataguassu, Juti, Santa Rita do Pardo, Coxim, Bonito, Chapadão do Sul, Novo Horizonte do Sul, Pedro Gomes, Costa Rica, Itaquiraí, Naviraí, Paranaíba, Ponta Porã, Rio Verde, Porto Murtinho, Sete Quedas e Três Lagoas.

O presidente da Sanesul agradeceu o empenho e dedicação de cada um dos empregados que colaboraram para que a empresa atingisse o patamar em que está atualmente, com as contas em dia, fazendo investimentos com recursos próprios e tendo condições de planejar suas ações com a certeza de que irá cumprir cada uma de suas metas. “Cer-

ca de 61% dos recursos que estamos investindo saíram da própria Sanesul e do governo do estado, o que prova que a Sanesul está bem administrada. E a consolidação disso veio por meio da Revista Exame, que apontou a Sanesul como a terceira melhor empresa de Mato Grosso do Sul e a 74ª do Centro-Oeste”.

José Carlos ressaltou que uma das metas da empresa é empreender, ao menos, R\$ 100 milhões ao ano e celebrar a quantia de R\$ 1 bilhão, investida no saneamento público e na saúde das famílias sul-mato-grossenses até 2014.

Fechando a cerimônia, o governador André Puccinelli afirmou que tudo o que havia sido apresentado no vídeo institucional e dito pelas autoridades já “falamos por si só”. André ressaltou o sentimento de alegria e de gratidão pela Sanesul e por seus colaboradores e reforçou o cumprimento das metas do Plano Estratégico. “Nossa intenção é atingir, no mínimo, 60% de cobertura da rede de esgoto em todos os municípios e manter os 100% de cobertura da rede de água, com investimentos de R\$ 1 bilhão. Esperamos conseguir, pois o sucesso da Sanesul é o sucesso de Mato Grosso do Sul”.

O Plano 2011-2015 é uma ferramenta de planejamento utilizada para compor a gestão estratégica da Sanesul nos próximos anos, auxiliar no alcance das metas e definir as principais diretrizes que a empresa deverá tomar nesses cinco anos. Com o auxílio da ferramenta, a Sanesul tem condições de planejar e analisar para executar ações de forma que se torne apta a galgar degraus mais altos e se posicionar ao lado das grandes empresas de saneamento no Brasil. O Plano visa ainda confirmar os instrumentos necessários para que a Sanesul busque a eficiência, sustentabilidade e qualidade no caminho rumo à universalização.

14 companhias de saneamento estão entre as maiores empresas do Brasil, segundo levantamento do Valor Econômico

A listagem foi publicada neste mês de agosto, na revista especial “Valor 1000”

O mês de agosto é motivo de grande expectativa para o setor empresarial brasileiro. O motivo? Porque é quando sai o *ranking* das maiores empresas do país, feito pelo Valor Econômico. Além de uma super divulgação das mil marcas mais consolidadas em 2010, a publicação “Valor 1000” é um referencial de boas práticas e modelos de gestão eficientes. E para o saneamento básico do País, a publicação desta última edição (agosto/2011) trouxe uma grande comprovação: a de que o setor está cada vez mais próximo de uma prestação de serviços que merece o adjetivo “excelente”.

A prova disso é que, entre as mil empresas brasileiras campeãs em

aspectos como Lucro Líquido, Rentabilidade do Patrimônio, Nível de Endividamento Geral e Crescimento Sustentável, estão 14 das 25 companhias estaduais (que compõem a Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais – Aesbe).

No seguimento “Água e Saneamento”, a campeã de todas as empresas do ramo, no Brasil, é a **Sabesp** (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo).

De acordo com a publicação, os critérios utilizados por Valor 1000 têm a chancela da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e da Serasa Experian, parceiras do Valor na publicação.

AS 1000 maiores empresas do *ranking*, classificadas por receita líquida, estão agrupadas para efeito de premiação, em 25 setores. Para cada um deles é escolhida uma campeã com base na soma de pontos obtida em sete critérios: crescimento sustentável, receita líquida, geração de valor, rentabilidade, margem da atividade, liquidez corrente e giro do ativo.

Para ter acesso à listagem completa, bem como ao desempenho de cada uma das mil empresas, consideradas como “as maiores”, acesse www.valoronline.com.br.

Posição no ranking	Empresa do segmento “Água e Saneamento”
40	Sabesp - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
101	Copasa - Companhia de Saneamento de Minas Gerais
108	Cedae - Companhia Estadual de Águas e Esgotos
226	Corsan - Companhia Riograndense de Saneamento
236	Sanepar - Companhia de Saneamento do Paraná
269	Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.
353	Saneago - Saneamento de Goiás S.A.
356	Caesb - Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
506	Cagece - Companhia de Água e Esgoto do Ceará
594	Casan - Companhia Catarinense de Água e Saneamento
681	Cesan - Companhia Espírito Santense de Saneamento
850	Caern - Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte
864	Caema - Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão
965	Deso - Companhia de Saneamento de Sergipe



Companhias de Saneamento já têm como usar a NBR 15.784 em edital para atender a exigência da Portaria 518 na compra de produto químico

Finalmente os responsáveis pelos sistemas de tratamento de água poderão, conforme estabelecido na Portaria 518, valer-se dos requisitos da NBR 15.784 para exigir o controle de qualidade dos produtos químicos por parte dos fornecedores. Esse foi o fruto do Workshop - Qualidade de Produtos Químicos – NBR 15.784 x Lei 8666- Solução de Curto Prazo – realizado pela Câmara Temática de Qualidade de Produtos Químicos da ABES Nacional, patrocinado pela Sabesp e pela ABES, ocorrido em 30/06, em São Paulo.

Com grande participação do público presente, composto por mais de uma centena de técnicos de companhias de saneamento, indústrias químicas e laboratórios de análises, foi possível a construção do texto que



Vasti Facincani, apresentando o texto modelo para os termos de referência

deve servir de modelo a ser agregado em editais de compra desses produtos químicos em todo o território nacional.

Essa NBR é pioneira no Brasil por definir os limites das impurezas, nas dosagens máximas de uso indicadas pelo fornecedor do produto, de forma a não causar prejuízo à saúde humana.

A Aesbe, tendo em mente que segurança e qualidade são valores fundamentais para as Companhias de Saneamento e ciente de sua responsabilidade no Setor, foi importante canal de divulgação e sucesso no comparecimento de um público representativo de todo o país nesse evento.

(Texto: Maria Cristina Coimbra Marodin, coordenadora da Câmara Temática de Qualidade de Produtos Químicos, e Vasti Ribeiro Facincani, coordenadora adjunta)



Dante Ragazzi e Maria Cristina Coimbra, durante reunião da Câmara Técnica de Controle e Qualidade

TEXTO MODELO PARA TERMOS DE REFERÊNCIA (1)

O produto químico deve atender aos requisitos especificados na NBR 15.784. Para tanto, o fornecedor deve:

Informar a Dosagem Máxima de Uso (DMU) do produto químico. A DMU informada deve ser igual ou maior que a Dosagem Máxima de Uso de interesse (DMU), especificada pela CONTRATANTE no Termo de Referência no item XX;

Apresentar o relatório dos estudos realizados, contendo no mínimo as análises específicas para cada produto químico discriminadas nas tabelas de 1 a 4 da NBR 15.784, bem como o cálculo da CIPA e as conclusões referentes à aprovação do produto, de acordo com o que preconiza esta Norma. O Prazo de validade desses Estudos será de no máximo 01 (um) ano;

Nota: O produto químico será aprovado quando a Concentração de Impureza Padronizada na Água para Consumo Humano (CIPA) for menor que a Concentração de Impureza Permissível por Produto (CIPP) - CIPA < CIPP - para cada uma das impurezas analisadas.

Utilizar laboratório monitorado pelo INMETRO em BPL para realizar todas as coletas de amostras e análises de cada produto químico, conforme referido e especificado no item b. As amostras do produto devem ser representativas do Processo Industrial. A preparação das amostras e a metodologia das análises devem ser aquelas determinadas pela NBR 15.784.

O produto a ser fornecido poderá ser inspecionado e analisado, a qualquer tempo, pela CONTRATANTE, durante ou após a sua fabricação. O fornecedor estará sujeito a sanções administrativas previstas no contrato, caso sejam constatadas contradições com os resultados apresentados no momento da contratação. Neste caso também poderão ser exigidos do fornecedor, às suas expensas, novas análises e novo Relatório de Estudos do Produto, conforme especificado nos itens "a" a "c".

(1): Texto sugestivo a ser agregado ao modelo de termo de Referência utilizado, quando da aquisição de produtos químicos utilizados em tratamento de água para consumo humano.

FONTE: Workshop Qualidade de Produtos Químicos - NBR 15.784 X Lei 8666 - Solução de Curto Prazo - Câmara Temática de Qualidade de Produtos Químicos - ABES Nacional - São Paulo - SP - 30/06/2011

MET@LICA

Antes de Construir, clique aqui!

"A estrutura metálica é ecologicamente correta, colaborando na preservação da água e do meio ambiente."

www.metalica.com.br

O maior site de informação e negócios da Construção Civil no Brasil. Acesse!

Obras de Infraestrutura
Construção Sustentável
Produtos e Fornecedoros
Consultas e Cotações
Artigos Técnicos
Tabelas e Normas
Indicadores de Preço
Notícias do setor



Elizabeth Costa de Oliveira Góes

Advogada especializada em Direito do Saneamento, especialista em Direito do Consumidor e da Concorrência pela FGV/RJ; jornalista; e Consultora Jurídica da Aesbe juridico@aesbe.org.br

O ICMS e a prestação de serviços sobre a água canalizada

Histórico do tributo - A Lei Complementar nº 87, de 13.09.1996, que dispõe sobre o ICMS, disciplinou dispositivo constitucional que atribuiu aos estados e ao Distrito Federal a competência para instituir impostos sobre as operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

Mas a origem desse tributo data da década de 20. Mais precisamente no início do ano de 1922, o Brasil, à imitação do modelo francês e alemão e em seguida dos vários países e estados norteamericanos, introduziu o tributo sobre as vendas mercantis, criado pela União no ano de 1923, com o nome de “imposto sobre vendas mercantis” e, a partir de 1936, como receita fundamental dos Estados-Membros¹.

Entre os nomes e formas que esse tributo tomou ao longo dos anos, na década de 60, com a Emenda Constitucional nº 18, de 1965, houve substancial mudança por meio da introdução na Constituição do princípio da não cumulatividade e a eliminação do tributo em cascata, o que quase resultou na fusão do ICM, IPI e do ISS em um único imposto, mas não avançou pelas necessidades políticas de um Estado federativo, com três ordens de governo.

Assim, o ICM subsistiu em meio às pressões para dar força ao Estado, tendo como fato gerador não a mera saída física de mercadorias ou sua singela circulação, mas pela transferência de

propriedade ou titularidade dessas mercadorias. Cito aqui as ponderações de Aliomar Baleeiro, que ressaltava que “a saída pelo furto ou roubo” não poderia ser admitida como fato gerador.

Com a Constituição de 1988, a sigla ICM foi substituída por ICMS, com a ampliação do seu âmbito por meio da inclusão das prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação, o que mais tarde foi disciplinado pela citada Lei Complementar 87/1996, popularmente conhecida por Lei Kandir, em reconhecimento ao seu autor, o ex-deputado federal, Antônio Kandir.

Na mais balizada doutrina, o ICMS foi definido como tributo destinado a qualquer operação jurídica mercantil “que transfira a titularidade da mercadoria (sua propriedade ou posse-exteriorização do domínio), como a compra e venda, a doação em pagamento, etc.” e em que ocorra a “circulação, representativa da tradição, como fenômeno jurídico de execução de ato ou negócio translativo da posse-indireta ou da propriedade da mercadoria.”², sem pretender onerar o empresário que vende, compra ou industrializa, mas dirigido ao consumidor final.

ICMS na prestação de serviços de água - Após a breve análise da origem do tributo e do fato gerador de sua cobrança, poderíamos concluir que o imposto sobre a circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual, intermuni-

1 Fonte: Baleeiro, Aliomar - B152d - Direito tributário brasileiro, atualizada por Misabel Abreu Machado Derzi. Rio de Janeiro, Forense, 2003 - pág. 367.

2 Idem nota 1 - pág. 377.

cial e de comunicação, visa a onerar a transferência de domínio de mercadorias e as prestações de serviços enumeradas em seu rol taxativo, contido no artigo 2º da Lei Kandir, portanto, a prestação de serviços de água não seria objeto da exação.

Contudo, tramita no Supremo Tribunal Federal o Recurso Extraordinário nº 607.056 que justamente discute a incidência do ICMS no fornecimento de água canalizada, em que figura como Recorrente o Estado do Rio de Janeiro e Recorrido o Condomínio do Edifício Paula.

Sustenta o Estado do Rio de Janeiro que não se trata de serviço público essencial, sendo um serviço impróprio, pois pode ser suspenso pela concessionária, em caso de inadimplemento, além de classificar a água canalizada como bem fungível e consumível, essencialmente alienável, que não se encontra fora do comércio.

Em oposição à tese do estado, o Condomínio do Edifício Paula argumenta que o fornecimento de água não é atividade mercantil e assevera a essencialidade do serviço, a sua obrigatoriedade e ao final questiona a legalidade do convênio CONFAZ e das resoluções da Secretaria do Estado que autorizaram a cobrança do imposto.

Iniciado o julgamento no dia 1º de setembro de 2011, o relator da matéria o Ministro Dias Toffoli votou no sentido de que a água encanada é um serviço público essencial à população, sendo inconstitucionais as normas que determinaram a incidência do ICMS sobre esse serviço, pois destoam da materialidade do tributo disposta na Constituição Federal.

Ressaltou Sua Excelência, que a argumentação jurídica que classifica a distribuição de água canalizada como bem mercantil para fins de incidência do ICMS baseia-se no pressuposto de que se trata de bem “dotado de

valor econômico, diferente daquele encontrado em seu estado natural – chamada água bruta –, já que sofre tratamento químico necessário para o consumo, ou seja, o seu fornecimento é elencado como operação relativa à circulação de mercadoria”.

O Ministro esclareceu em seu voto que “as águas públicas derivadas de rios ou mananciais são qualificadas juridicamente como bem de uso comum do povo”, portanto, não há que se falar em incidência de ICMS, pois a água encanada é um bem natural fora do comércio, sendo um serviço essencial cuja prestação é de competência do estado para promover a saúde pública e assegurar o acesso universal da população. Complementa reafirmando que “a tributação poderia, inclusive,

serviços de saneamento, ingressou no processo na qualidade de *amicus curiae* e sustentou a essencialidade dos serviços, assim como os preceitos trazidos pela Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento, que ratificam a prestação de serviços de água como serviço público essencial.

Trouxe à baila outro elemento importante, ao aludir que a Lei Complementar 116, de 31.07.2003, que dispôs sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos municípios e do Distrito Federal, ao tentar incluir os itens “7.14 – Saneamento ambiental, inclusive purificação, tratamento, esgotamento sanitário e congêneres.” e “7.15 – Tratamento e purificação de água.”, recebeu como justificativa o seguinte veto:

“A incidência do imposto sobre serviços de saneamento ambiental, inclusive purificação, tratamento, esgotamento sanitários e congêneres, bem como sobre serviços de tratamento e purificação de água, não atende ao interesse público. A tributação poderia comprometer o objetivo do Governo em universalizar o acesso a tais serviços básicos. O desincentivo que a tributação acarretaria ao setor teria como consequência de longo prazo aumento nas despesas no atendimento da população atingida pela falta de acesso a saneamento básico e água tratada. Ademais, o Projeto de Lei nº 161 – Complementar revogou expressamente o art. 11 do Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, com redação dada pela Lei Complementar nº 22, de 9 de dezembro de 1974. Dessa forma, as obras hidráulicas e de construção civil contratadas pela União, Estados, Distrito Federal, Municípios, autarquias e concessionárias, antes isentas do tributo, passariam ser taxadas, com reflexos nos gastos com investimentos do Poder Público.

Dessa forma, a incidência do imposto sobre os referidos serviços não atende o interesse público, recomendando-se o veto aos itens 7.14 e 7.15, constantes da Lista de Serviços do presente Projeto de lei Complementar. Em decorrência, por razões de técnica legislativa, também deverão ser vetados os incisos X e XI do art. 3º do Projeto de Lei.”

prejudicar políticas públicas de universalização do acesso a esse serviço”.

A Aesbe, como representante das empresas estaduais prestadoras de

O RE 607.056 continua sob julgamento e foi suspenso pelo pedido de vistas formulado pelo Ministro Luiz Fux, que entendeu necessária melhor apreciação do tema.

Presidente Dilma elogia companhias estaduais de saneamento

A execução de obras, com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, pelas companhias estaduais de saneamento, foi considerada “eficiente” pela presidente Dilma Rousseff, durante entrevista à revista Carta Capital, de agosto/11. A entrevista foi conduzida de forma que a presidente Dilma avaliasse seu governo. A revista Carta Capital perguntou à presidente Dilma Rousseff como ficaria a oferta de saneamento básico no plano de tirar 16 milhões de cidadãos da miséria. A presidente respondeu o seguinte: **“O governo federal não tem como fazer as obras diretamente. Colocamos à disposição R\$ 40 bilhões. Para quem? Demos preferência às grandes concentrações populacionais. O que acontece é que são os estados que executam. Aqueles que têm companhias de saneamento executam com mais eficácia.”** Para ler a matéria completa, acesse: www.cartacapital.com.br.



Aesbe discute incentivos ao saneamento básico com Ipea e MCidades



A Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais (Aesbe), o Ministério das Cidades e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), reuniram-se no início de agosto para discutir uma proposta de pesquisa que ajudará a formular um programa nacional de subsídios ao saneamento. O trabalho será conduzido pelo Ipea em parceria com o ministério e delineará políticas de subsídios que atendam às populações mais carentes, com o objetivo de universalizar os serviços. Entre as famílias que hoje não são atendidas pela rede de água tratada, dois terços têm renda mensal inferior a três salários mínimos. Em relação à coleta de esgoto, essas famílias representam metade da população sem acesso ao serviço.

CNM: municípios não devem cumprir prazos da Lei de Resíduos



A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/10) foi aprovada após quase 20 anos de discussão no Congresso Nacional, mas a maioria dos 5.565 municípios brasileiros não tem condições de adotar medidas adequadas para tratamento do lixo nos prazos legais estabelecidos. O alerta foi feito pelo presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski. Segundo ele, em 4,5 mil municípios, 63% destinam seus rejeitos para lixões; 59,3% não oferecem coleta seletiva; 80,5% não realizam compostagem; apesar de 70% contarem com catadores, a categoria não está organizada em 79% dessas cidades. Para agravar a situação, Ziulkoski revelou que os municípios brasileiros precisariam levantar R\$ 52 bilhões para transformar os lixões em aterros sanitários até 2014, conforme determina a Lei. “Não é possível criar uma legislação sem ter a coragem de dizer onde estão os recursos para fazer as obras”, disse Ziulkoski. (Jornal VS, 29/06)

Cesan lança campanha “Água Boa, Copo Certo”

Para diminuir em 80% o uso de copos descartáveis para beber água a Cesan lançou, em julho, a campanha “Água Boa, Copo Certo”. A expectativa é de que 1,5 milhão de copos deixem de ser usados anualmente. Os principais objetivos são reduzir o consumo de copos descartáveis nas dependências da empresa e conscientizar os colaboradores sobre o consumo sustentável. Helena Alves, gerente de Meio Ambiente, e Luzia Graziotti, analista de sistema de saneamento da Gerência, fizeram uma exposição sobre a campanha, que visa a distribuir um copo durável para cada colaborador. São três modelos disponíveis: térmico de inox, vidro ou acrílico.



Caesb e agricultores preservam lago Descoberto



A Caesb, em parceria com outras instituições e a comunidade, está desenvolvendo ações para promover a recuperação, proteção e consolidação da faixa de proteção do Lago Descoberto. Para intensificar esse trabalho, foi criado, em 2010, o Projeto Descoberto Coberto, que possibilitou o plantio de mais de 50 mil mudas nas áreas que margeiam o lago. Essa etapa de plantio contou com a efetiva participação dos agricultores locais, que cederam o espaço e se comprometeram a cuidar das mudas localizadas nas suas respectivas propriedades. Neste ano, serão plantadas mais 30 mil mudas, que aguardam o período chuvoso da região para o início do plantio. A recuperação da vegetação da margem do lago é complementada pelas ações de educação ambiental junto às comunidades locais, onde técnicos da Caesb realizam palestras em escolas e fornecem orientações aos agricultores, como a correta disposição de embalagens de defensivos agrícolas, a implantação de sistemas agroflorestais e a construção de sistemas de reaproveitamento de resíduos biológicos.

Sanepar alerta que frio pode romper hidrômetro

Com a chegada do inverno, o medidor de água – denominado pela população de “relógio” – pode romper. As baixas temperaturas favorecem o congelamento da água dentro dos canos, fazendo com que estourem. O frio intenso e a geada também podem danificar o hidrômetro (“relógio”). Por isso, a Sanepar orienta seus clientes para que protejam o equipamento. Esse problema traz transtornos para a Sanepar, que necessita substituir os hidrômetros, e para os usuários, que podem ter problemas com vazamentos e ficar sem água até que a troca do equipamento seja efetuada. A proteção do medidor de água pode ser feita com papelão, plástico, lona ou pedaço de madeira. Também podem ser usados outros tipos de material, desde que impeçam o acúmulo de gelo sobre canos e hidrômetro. O material deve ser de fácil remoção para que o leitorista tenha acesso facilitado e desempenhe a sua função.



Huber Technology lança produtos inovadores no Brasil

A empresa alemã Huber Technology lança no Brasil dois novos produtos: o primeiro é o sistema de produção de energia elétrica por meio do lodo, que é produzido como resíduo de estações de tratamento de esgotos, cuja tecnologia reduz em até 95% do volume de material gerando no tratamento de efluentes uma economia bastante expressiva, uma vez que elimina os custos com transporte e disposição do lodo em aterros sanitários, além de ter como ganho energia elétrica limpa. Além de eliminar o lixo, o sistema produz energia para ser utilizada na própria indústria ou na estação de tratamento de água e esgoto

do município. A segunda inovação é o ar-condicionado sustentável, sistema que pode ser instalado em edifícios comerciais e residenciais, shoppings, hotéis, entre outras construções. A mecânica aproveita a energia térmica recuperada do esgoto bruto para produzir água quente que passa através de bomba de calor e faz funcionar o sistema de climatização, resfriando ou aquecendo um prédio de, por exemplo, 30 andares. A expectativa de vendas no Brasil desse sistema é de 3 milhões de euros até o final de 2012. Mais informações no site da Huber Technology: <http://www.huber.de/solutions/green-buildings.html>

Projeto de Neutralização de Carbono AESabesp



A preocupação com o meio ambiente, mais especificamente com a emissão de carbono, foi o tema da apresentação da química Maria Aparecida Paula Santos, coordenadora do Pólo AESabesp Costa Carvalho, e gestora do projeto. A apresentação ocor-

reu na Fenasan 2011, realizada entre os dias 1 a 3 de agosto, em São Paulo. Durante a exposição "Projeto de Neutralização de Carbono AESabesp", ela destacou a importância de se promover eventos de maneira sustentável. Como exemplos, Maria Aparecida citou: transporte coletivo, reciclagem, economia de água, diminuição da quantidade de panfletos impressos e redução de resíduos. Esse Projeto é uma ação que a AESabesp inclusive disponibiliza para outros eventos do setor. Caso haja interesse em conhecê-lo, basta entrar em contato com a diretoria de Projetos Socioambientais da AESabesp.

Empresa de economia mista também paga impostos



Empresas de economia mista não têm direito à imunidade tributária. Companhias com essa estrutura societária visam lucro, receita e são regidas por normas comerciais de mercado, tal qual instituições privadas. O entendimento é do ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, ao decidir preliminarmente sobre uma ação impetrada pela Companhia Estadual de Habitação Popular de Pernambuco (Cehab) contra impostos federais cobrados pela Receita. Em sua decisão preliminar, contudo, o ministro já indicou que discorda da imunidade tributária para empresas de economia mista. No caso específico da Cehab, ele apontou que um dos objetivos da empresa é a execução de projetos e solução de problemas habitacionais em Pernambuco. Isso, na opinião de Lewandowski, se aproxima mais de atividade econômica do que de prestação de serviço público. (Assessoria de Imprensa do STF)

Abertas as inscrições ao Seminário Internacional Sobre Água

Discutir a relação do homem com a água e os desafios para a educação, promoção da saúde e gestão da água são alguns dos objetivos do 1º Seminário Internacional Água e Transdisciplinaridade: para uma ecologia de saberes, promovido pelo Centro de

Estudo Transdisciplinar da Água e coordenado pela Agência Nacional de Águas (ANA) em parceria com o Senado Federal e a Universidade de Brasília. O seminário acontece na capital federal, entre 9 e 11 de novembro de 2011, e as inscrições seguem abert

tas até que as 300 vagas ofertadas sejam preenchidas. Os interessados em participar do seminário podem se inscrever gratuitamente pelo www.ana.gov.br. A confirmação das inscrições será solicitada por e-mail e deve ser feita até 20 de outubro de 2011.



Odebrecht cria aplicativo para tablet

Um dos mais antigos títulos empresariais do Brasil, com 38 anos de circulação, a revista Odebrecht, da construtora homônima, acaba de estrear no iPad e também em aplicativo para smartphone. A publicação impressa é editada em português, espanhol e inglês e a tiragem de mais de 14 mil exemplares é destinada a 20 países. A revista circula bimestralmente e está na 154ª edição.

Saint-Gobain Canalização apresenta linha de tubos Natural

A Feira Nacional de Materiais e Equipamentos para Saneamento (FENASAN) 2011 foi um sucesso na avaliação dos organizadores, pois superou as expectativas e alcançou a marca de 13 mil visitantes. A Saint Gobain Canalização, empresa especializa-



da na fabricação de produtos para saneamento, também marcou presença este ano e lançou durante a feira o Tubo Natural. A Linha Natural, também em ferro fundido, foi desenvolvida para aplicação na adução e distribuição de água. O seu diferencial em relação aos demais tubos da marca PAM está no revestimento externo, agora ainda mais resistente: o zinco já utilizado nos revestimentos externos passa a ser substituído pelo Zinalium. Este novo revestimento altera de maneira significativa a já conhecida resistência à corrosão dos tubos de Ferro Fundido Dúctil. O produto será produzido no Brasil, a partir do primeiro trimestre de 2012.

Petrobras também entrou na mesma onda



A Petrobras, uma das maiores petrolíferas do mundo, acaba de anunciar a Revista Petrobras Magazine para o iPad também. Segundo a empresa, a presença no tablete faz parte de uma estratégia de comunicação integrada da revista, que foi relançada em abril deste ano, com novo projeto editorial e gráfico. A publicação é destinada ao público externo, circula trimestralmente, com 5 mil exemplares, em mais de 100 países e também está disponível na versão para a internet, em site próprio.

Revista Sanear é destaque na Fenasan 2011



A Fenasan é uma das mais importantes feiras da área do saneamento básico brasileiro

Mais de duas mil pessoas passaram pelo estande da revista Sanear, montado na 22ª edição da FERIA Nacional de Saneamento e Meio Ambiente (Fenasan 2011), realizada em São Paulo, em agosto. De acordo com a assessora de Comunicação Social da Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais (Aesbe), Luciana Melo Costa, todos os visitantes do espaço da revista receberam informações sobre a publicação e sobre a associação. “A participação da Sanear na feira foi extremamente válida para mostrarmos às empresas da cadeia produtiva do saneamento básico que ela é uma revista que tem uma abordagem diferente das demais”, considerou Luciana.

A feira - o evento, considerado como o maior da América Latina no setor de saneamento ambiental, teve

uma expansão decisiva em 2011, além de causar um impacto muito positivo na disseminação de novas tecnologias, nas ações voltadas à sustentabilidade e na concentração dos maiores expositores do setor e na visitação de um público altamente qualificado, superando todas as expectativas. A Fenasan é uma realização da Associação dos Engenheiros da Sabesp (AESabesp) e aconteceu concomitante ao XXII Encontro Técnico – Congresso Nacional de Saneamento e Meio Ambiente, também realizado pela AESabesp.

Devido à grande demanda já na edição de 2010, houve um considerável aumento de espaço em 2011, com a migração do Pavilhão Amarelo para o Pavilhão Branco do Expo Center Norte. A área total da feira de 8.828 m² foi ampliada para 13.272 m² e a área expositora, de 3.471 m² para 5.687 m². E para atender ao crescimento consolidado

em 2011, a AESabesp, em 2012, fará o evento nos 17.042 m² da extensão total do Pavilhão Branco, que já conta com grande parte dos espaços reservados para a próxima edição, prevista para 6, 7 e 8 de agosto de 2012.

Na Fenasan 2011, estiveram presentes 194 expositores e investidores, geralmente empresas fabricantes de equipamentos para o setor, criadoras de programas de desenvolvimento da área, prestadoras de serviços e de demais segmentos complementares à esfera do saneamento. Por seus estandes passaram cerca de 13.000 visitantes, um público geralmente formado por técnicos especializados, pesquisadores, executivos, empresários, gestores e investidores nos setores de infraestrutura, dentre os quais o saneamento está em evidência por contar com recursos da União, do estado e de fundos de capitais privados.



**R\$ 1 BILHÃO
EM SANEAMENTO
BÁSICO NOS
PRÓXIMOS 4 ANOS.**

Investir em saneamento é o caminho para mais saúde e qualidade de vida.

Investir em saneamento básico é construir caminhos que nos levam para o futuro. Caminhos que você não vê, mas que aceleram o desenvolvimento do Estado, com praias e rios mais limpos, uma agricultura fortalecida e mais saúde para nós e as gerações futuras. O Governo do Espírito Santo, por meio da Cesan, está fazendo um investimento de R\$ 1 bilhão nos próximos 4 anos, nos 52 municípios atendidos, que vai entrar para a história. E os seus resultados também:

- A COBERTURA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DAS REGIÕES ATENDIDAS IRÁ DE 46% PARA 70% ATÉ 2014 (O DOBRO DA MÉDIA NACIONAL).
- JÁ NA GRANDE VITÓRIA, ESSE AUMENTO CHEGARÁ A 77%.
- O SISTEMA DE ABASTECIMENTO SERÁ AMPLIADO E MODERNIZADO.

EM 4 ANOS
R\$1BI
EM SANEAMENTO

Cuidar do saneamento básico é acelerar o desenvolvimento do Estado. Por isso, o Governo do Espírito Santo realiza esse investimento recorde no setor.

Fique atento: se você já recebeu o comunicado da Cesan sobre a conclusão das obras no seu bairro, faça a ligação da sua residência à rede coletora de esgoto. Para mais informações, disque 115. A chamada é gratuita, 24 horas, de qualquer telefone fixo.



Esbanjamos alegria, nunca água.

A CASAN está comemorando 40 anos. Nesse tempo, levou água para milhares de catarinenses e vem ampliando a rede de coleta e o sistema de esgoto sanitário em todo o Estado.

Mas o serviço mais importante, que a gente presta todos os dias, é conscientizar as pessoas sobre a importância da água. Use com responsabilidade.